



**Manual e Proposta
da Administração**

**ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA**

30 DE ABRIL DE 2025

SUMÁRIO

Mensagem da Presidente do Conselho de Administração.....	3
NOSSA GOVERNANÇA	4
CONVITE	5
ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAR DA AGO.....	6
Documentação.....	6
Boletim De Voto A Distância	7
Participação Na Assembleia Geral Ordinária.....	7
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.....	10
1.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.	10
1.2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.....	11
1.3. Definir o número de membros que comporão o Conselho de Administração. ...	12
1.4. Eleger os membros titulares e suplentes do Conselho de Administração para o biênio 2025-2027.	13
1.5. Designar o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração.....	18
1.6. Eleger os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal.....	18
1.7. Fixar a remuneração anual dos Administradores, do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário e do Conselho Fiscal	19
ANEXO I - Comentário dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia	28
ANEXO II - Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, Relatório dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário	69
ANEXO III - Proposta de Destinação do Resultado do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024.....	70
ANEXO IV - Informações sobre os candidatos indicados para eleição do Conselho de Administração.....	75
ANEXO V - Informações sobre os candidatos indicados para eleição do Conselho Fiscal.....	92
ANEXO VI - Informações sobre a Remuneração anual dos Administradores e do Conselho Fiscal.....	98

Mensagem da Presidente do Conselho de Administração

Prezadas e Prezados Acionistas,

Em nome do Conselho de Administração, convidamos todos os acionistas a participarem da **Assembleia Geral Ordinária da Tupy S.A. ("AGO")**, a ser realizada no dia **30 de abril de 2025, às 15h00**, de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma eletrônica. A escolha pelo formato virtual visa facilitar a participação, promovendo maior acessibilidade e eficiência no processo de tomada de decisões.

A Tupy, uma multinacional brasileira com quase **90 anos de história**, hoje é uma companhia singular no mercado. Além de sermos uma referência global na produção de **componentes estruturais de alta complexidade**, oferecemos diversas soluções aos setores de **transporte de cargas, infraestrutura, energia e agricultura**. Tudo isso em uma jornada cada vez mais conectada à promoção da descarbonização viável. Nossa trajetória é **fundamentada na inovação tecnológica** e na busca por solucionar desafios da sociedade com a oferta das nossas competências, que vem sendo ampliadas ao longo do tempo, assim como as nossas avenidas de crescimento.

Neste encontro, discutiremos os temas detalhados no **Editais de Convocação** e nesta **Proposta da Administração**, que foi pensada para fornecer todas as informações necessárias e lhes dar subsídios para exercer seu pleno direito de voto, assim como orientar sobre os procedimentos de participação e representação na Assembleia.

Reforçamos que estamos à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas por meio de contato direto com a **Gerência de Governança Corporativa**, pelo e-mail assembleiadi-gital@tupy.com.br.

Atenciosamente,



Paula Regina Goto

Presidente do Conselho de Administração

NOSSA GOVERNANÇA

A Tupy S.A. possui ações negociadas na bolsa de valores brasileira desde 1966 e, em 2013, passou a integrar o Novo Mercado da B3 (então, Bovespa).

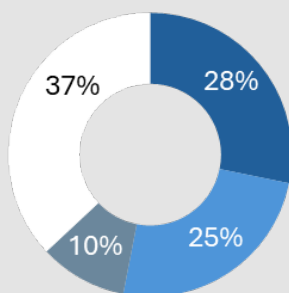
A estrutura da nossa Administração observa o modelo das Três Linhas do Instituto dos Auditores Internos (IIA), abrangendo Governança, Gestão de Riscos e Compliance (GRC). Essa estrutura é composta por instâncias decisórias e de assessoramento garantindo a adoção de estratégias robustas, alinhadas aos nossos princípios éticos e valores fundamentais de transparência e respeito aos stakeholders.



ESTRUTURA ACIONÁRIA

TUPY3

■ BNDESPar ■ Previ ■ Trígono ■ Acionistas <5%



Acionistas em destaque, que detêm mais de 5% das ações

CONVITE

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA



AGO em 30/04/2025



Às 15 horas



Virtual (Ten Meetings)



PÚBLICO-ALVO

Todos os acionistas podem participar, desde que comprovem sua identidade.



COMO PARTICIPAR

Os acionistas podem participar da AGO virtualmente, através da plataforma Ten Meetings via [Link de Acesso](#) ou enviando um boletim de voto a distância.



QUÓRUM DE INSTALAÇÃO MÍNIMO

AGO
¼ do Capital Social
Caso a assembleia não seja instalada por quórum insuficiente, a Companhia publicará novo Edital de Convocação com nova data para a realização em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas.



DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS

Entre em contato com o departamento de Governança Corporativa pelo e-mail assembleiadigital@tupy.com.br.



ADOÇÃO DE AGO 100% DIGITAL

O modelo digital facilita a participação dos acionistas, tornando o processo de decisão mais acessível e eficiente.

ORDEM DO DIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

- 1.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- 1.2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- 1.3. Definir o número de membros que comporão o Conselho de Administração;
- 1.4. Eleger os membros titulares e suplentes do Conselho de Administração para o biênio 2025-2027;
- 1.5. Designar o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- 1.6. Eleger os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal; e
- 1.7. Fixar a remuneração anual dos Administradores, dos membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário e do Conselho Fiscal.



Os esclarecimentos da Administração sobre cada item proposto para deliberação estão disponíveis na **Proposta de Administração**.

ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAR DA AGO

Considerando que a assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, os acionistas poderão exercer o seu direito de voto referente às deliberações da AGO:

- (i) votando virtualmente, por meio da Plataforma Digital; ou
- (ii) votando à distância, por meio de boletim de voto a distância.



Documentação

A participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital e a validade da apresentação do Boletim de Voto à Distância terão como requisito a apresentação de cópia digital dos documentos informados a seguir:

Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Fundos de Investimento
- documento de identidade com foto do acionista; ou - documento de identidade com foto de seu procurador e a respectiva procuração (art. 126, §1º, da Lei das S/A).	- documento de identidade com foto do representante legal; - último estatuto/contrato social consolidado; - documentos societários/procurações que comprovem a representação legal do acionista/procurador.	- documento de identidade com foto do representante legal; - último regulamento consolidado do fundo; - último estatuto/contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso; - documentos societários/procurações que comprovem a representação legal do acionista/procurador.

- São documentos de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteira de registro profissional;
- Não será exigido tradução juramentada ou tradução de documentos originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola. Documentos redigidos em outras línguas só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada para uma das 3 (três) línguas mencionadas;
- Procurações e boletins de voto à distância podem ser assinados digitalmente.





Boletim De Voto A Distância

Os acionistas da Companhia têm a opção de exercer seu direito de voto utilizando o boletim de voto a distância, em conformidade com a Resolução CVM 81/22 (“RCVM 81/22”).

i) Envio de boletim de voto a distância por meio do agente de custódia, do escriturador ou depositário central

Os acionistas deverão observar as regras e procedimentos estabelecidos por tais instituições, conforme o caso, para recebimento das instruções de preenchimento do boletim de voto a distância, bem como os meios utilizados pelas mesmas para comunicação com os acionistas a respeito do recebimento das instruções de preenchimento de voto, da suficiência de tais instruções e, se for o caso, da necessidade de retificação ou reenvio das instruções.

ii) Envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia

A Companhia solicita que os documentos indicados em DOCUMENTAÇÃO sejam enviados por meio do Link de Acesso.



Prazo: dia 26 de abril de 2025 – Em linha com o Art. 27 da RCVM 81/22, os boletins de voto à distância e documentos acima devem ser recebidos até 4 (quatro) dias antes da data da assembleia. Aqueles recebidos após esta data, serão desconsiderados e, conseqüentemente, os votos não serão computados.

Conforme o Art. 46 da RCVM 81/22, a Companhia confirmará o recebimento do boletim de voto à distância em até 3 (três) dias e verificará se os documentos são suficientes para validar o voto. Se estiverem insuficientes, a Companhia solicitará a retificação ou reenvio, indicando como e quando regularizar.

O boletim de voto a distância encontra-se à disposição dos acionistas na Rua Albano Schmidt, nº 3.400, Bairro Boa Vista, em Joinville/SC, e também nos websites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.tupy.com.br/ri).



Participação Na Assembleia Geral Ordinária

Em atendimento ao disposto no art. 6º, § 3º da RCVM 81/22, os acionistas, por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, que forem participar da AGO virtualmente por meio da Plataforma Digital, **deverão se cadastrar obrigatoriamente até o dia 28 de**

abril de 2025, até às 23h59, por meio do link de acesso: <https://assembleia.ten.com.br/608254668> (“**Link de Acesso**”).

Para realizar o cadastro, o acionista deverá acessar o [Link de Acesso](#) e seguir as etapas disponibilizadas no Manual da Plataforma, disponível para consulta no website da Companhia (www.tupy.com.br/ri). Para completar o cadastro, os acionistas deverão realizar upload de cópia digital, também por meio do [Link de Acesso](#), **até as 23h59 do dia 28 de abril de 2025**, dos documentos indicados em [DOCUMENTAÇÃO](#).



Após o cadastro, o acionista receberá um e-mail com o comprovante de sua inscrição (*caso não localize o e-mail em sua caixa de entrada, recomendamos que também procure em sua caixa de spam*). Uma vez confirmada pela Companhia a regularidade e suficiência dos documentos fornecidos, o acionista receberá, até às 23h59min (horário de Brasília/DF - Brasil) do dia 29 de abril de 2025, o e-mail de confirmação para sua participação virtual na AGO.

As informações de acesso para participação virtual na AGO não poderão ser compartilhadas, sob pena de responsabilização do acionista.

Os representantes e procuradores devidamente constituídos que representarem mais de um acionista na AGO deverão, obrigatoriamente, realizar apenas um cadastro no [Link de Acesso](#). Após a aprovação dos documentos pela Companhia, os representantes e procuradores receberão um link para cadastrar seus outorgantes.



Os acionistas ou representantes que não enviarem os documentos obrigatórios através do [Link de Acesso](#) até às 23h59 do dia 28 de abril de 2025, não poderão participar da AGO.

Caso o acionista não receba o e-mail com a confirmação de cadastro em até 24 (vinte e quatro) horas da sua realização, deverá entrar em contato com a Companhia pelo e-mail assembleiadigital@tupy.com.br.

	A Assembleia será integralmente gravada.
	As câmeras deverão permanecer ligadas durante a AGO.
	Recomenda-se o login na Plataforma Eletrônica com 30 minutos de antecedência do horário de início da AGO.
	O acionista devidamente cadastrado e presente na AGO será considerado assinante da respectiva ata (<i>art. 47, inciso III e § 1º da RCM 81/22</i>).



A Companhia não se responsabiliza por problemas operacionais, de conexão ou outros eventos fora de seu controle que possam impedir a participação do acionista.



Para esclarecer dúvidas, contate o departamento de Relações com Investidores da Companhia através do e-mail ri@tupy.com.br ou telefone +55 47 4009-8039.

Por fim, a Companhia esclarece que o presente Manual e a Proposta da Administração com seus anexos e os documentos de suporte incorporados por referência a este Manual encontram-se à disposição dos interessados na Rua Albano Schmidt, nº 3.400, Bairro Boa Vista, em Joinville/SC, e, também, nos websites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, da CVM e da Companhia.



MODELO DE PROCURAÇÃO

A Administração da Companhia deixa à disposição, como mera cortesia e sem um compromisso formal de solicitação, um modelo de procuração, caso o acionista deseje utilizá-lo. Ressalta-se, por oportuno, que o modelo não configura um pedido público de procuração para os fins da Seção IV da RCVM 81/22, mas sim uma facilidade que a Companhia coloca à sua disposição.

Os acionistas pessoas físicas representados por procurador, inclusive aqueles representados através deste modelo, deverão observar o disposto no art. 126, 1º, da Lei das S/A.

O Modelo, em formato editável, [está disponível no website](#) da Companhia.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

30 de abril de 2025

Senhores acionistas,

A Administração da Tupy S.A. vem apresentar-lhes as propostas que serão objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO), a ser realizada em 30 de abril de 2025.

Nos termos da Resolução CVM nº 81/2022 (“RCVM nº 81/2022”), a Companhia disponibiliza nesta Proposta da Administração, juntamente com seus anexos, uma descrição detalhada, fundamentação e análise das questões que serão objeto de deliberação na AGO.

ORDEM DO DIA DA AGO:

1.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia preparadas pela Administração, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, do relatório do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário e do parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social findo em 31/12/2024, e publicados no jornal “Valor Econômico” em 28/03/2025, foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27/03/2025.

Confira, a seguir, os principais indicadores:

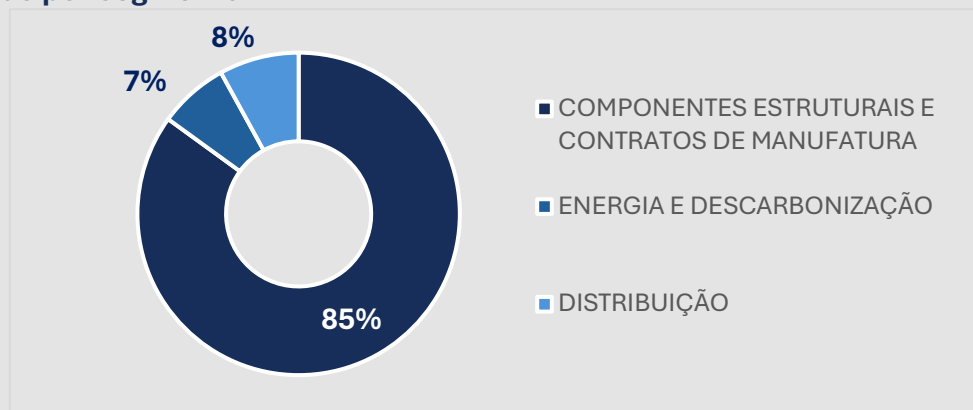
Receita líquida (R\$ milhões)



EBITDA (R\$ milhões)



Receitas por segmento



Em atendimento à legislação aplicável e logrando incrementar a compreensão de V.Sas. com relação à realidade da Companhia, o [Anexo I](#) a esta Proposta da Administração, que é parte integrante do Manual, contém os comentários dos Administradores sobre a situação financeira e outros aspectos da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência.



Conforme o [Anexo II](#), encontram-se à disposição dos acionistas no site de Relações com Investidores da Companhia e no site da Comissão de Valores Mobiliários, os seguintes documentos relativos a esse item da ordem do dia:

- Relatório da Administração;
- Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2024;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Formulário DFP (Demonstrações Financeiras Padronizadas);
- Relatório do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário, que apresenta suas conclusões a respeito das atividades por ele desempenhadas no ano de 2024; e
- Parecer do Conselho Fiscal.

1.2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Considerando o lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, no valor de R\$ 79.514.400,00 apurado no exercício, a Administração propõe a seguinte destinação:

Reserva Legal	R\$ 3.975.720,00, equivalente a 5% do lucro líquido do exercício.
Reserva Especial para Investimentos	R\$ 77.722.080,00, sendo: - R\$ 75.538.680,00 referente a lucros após a destinação para a reserva legal e dividendos; e - R\$ 2.183.400,00 proveniente de realização do ajuste de avaliação patrimonial.

Nos termos do art. 202 da Lei das S.A., o dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2024, após as destinações legais, é de R\$ 190.000.000,00 (que corresponde a R\$ 176.612.000,00 líquido do IR de 15% retido na fonte, sobre a parcela paga a título de JCP). Desta forma a proposta da administração é:

Dividendos

→ **Homologação da deliberação do Conselho de Administração** tomada na reunião de 04 de dezembro de 2024, por meio das quais foi aprovada a distribuição de resultados, **na forma de JCP**, no montante total de R\$ 190.000.000,00, o qual foi pago em 15 de janeiro de 2025, imputando-se o referido valor ao dividendo mínimo obrigatório.

O **Anexo III** a esta Proposta da Administração, que é parte integrante do Manual, contém as informações previstas no art. 10, parágrafo único, inciso II da RCVM 81/2022.

1.3. Definir o número de membros que comporão o Conselho de Administração.

Considerando que o prazo de gestão de 2 (dois) anos dos membros do Conselho de Administração que foram eleitos na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2023 e na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2023 se encerra em 30 de abril de 2025, a eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho de Administração para o biênio 2025-2027 é item da Ordem do Dia da AGO.

O Estatuto Social da Companhia dispõe que o Conselho de Administração será composto por no mínimo, 7 (sete) e no máximo, 9 (nove) membros titulares, podendo ser indicados suplentes, sendo que no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.



Neste sentido, tendo em vista (i) as correspondências recebidas pela Companhia, conforme informado através de Avisos aos Acionistas publicados em 28 de março de 2025 e 07 de abril de 2025, por meio das quais os acionistas Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, Plano de Benefícios 1, BNDES Participações - BNDESPAR e o Trígono Capital Ltda. indicaram uma chapa composta por 9 (nove) candidatos para membros titular do Conselho de Administração e 4 (quatro) candidatos para membros suplentes, bem como (ii) o posterior recebimento, pela Companhia, de requerimento de adoção do processo de voto múltiplo, indicação de candidatos ao Conselho de Administração e solicitação de

inclusão de candidatos no Boletim de Voto a Distância enviado pelos acionistas Charles River Fundo de Investimento de Ações e Organon Master Fundo de Investimento de Ações, conforme informado através de Aviso aos Acionistas publicado em 02 de abril de 2025, a Administração submete à AGO a proposta de provimento de 9 (nove) cargos titulares e até 4 (quatro) cargos suplentes para o Conselho de Administração da Companhia para o próximo prazo de gestão.

1.4. Eleger os membros titulares e suplentes do Conselho de Administração para o biênio 2025-2027.

CHAPA INDICADA POR ACIONISTAS

A chapa indicada pelos acionistas Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, Plano de Benefícios 1, BNDES Participações - BNDESPAR e o Trígono Capital Ltda. contempla os seguintes candidatos:

	EFETIVO	SUPLENTE
1	Jaime Luiz Kalsing	-
2	José Rubens de la Rosa	-
3	Márcio Antônio Chiumento	Cátia Yuassa Tokoro
4	Marcio Bernardo Spata	-
5	Maria Carolina Ferreira Lacerda	Ricardo Antonio Weiss
6	Paula Regina Goto	Ana Paula Hornos Farias
7	Sergio Foldes Guimarães	-
8	Vinicius Marques de Carvalho	-
9	Wagner de Sousa Nascimento	Elvira Mariane Schulz



PERFIL DOS CANDIDATOS A MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A composição da chapa indicada para o Conselho de Administração está estruturada da seguinte forma:



INDICAÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Além da indicação dos candidatos que compõem a chapa mencionada acima, os acionistas Charles River Fundo de Investimento de Ações e Organon Master Fundo de Investimento de Ações encaminharam à Companhia requerimento de adoção do processo de voto múltiplo, indicação de candidatos ao Conselho de Administração e solicitação de inclusão dos candidatos no Boletim de Voto a Distância com os seguintes nomes:

EFETIVO	SUPLENTE
10 Mauro Gentile Rodrigues da Cunha	Ricardo Reisen de Pinho

Deste modo, a Companhia informa que foi realizada a reapresentação do BVD para refletir a indicação do candidato e o seu respectivo suplente ao Conselho de Administração, nos termos do artigo 37, §1º, inciso I da Resolução CVM 81/22.

CONFORMIDADE E GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento da Companhia (“Política de Indicação”) estabelece que:

- (i) Serão indicados para o Conselho de Administração profissionais qualificados, dotados de adequada experiência (técnica, profissional, acadêmica) e alinhados aos valores e à cultura da Companhia, além dos aspectos éticos e comportamentais previstos no Código de Ética e Conduta da Tupy;
- (ii) O processo de indicação deverá considerar, dentre outros, critérios como: reputação ilibada, disponibilidade de tempo para o exercício da função, complementaridade de competências e, sempre que possível, diversidade, para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança;
- (iii) A indicação também deverá obedecer a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários, incluindo, mas não se limitando, às condições previstas na Resolução CVM nº 80/2022:
- Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;
 - Não ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, salvo dispensa da assembleia geral;
 - Não ter interesse conflitante com a sociedade, salvo dispensa da assembleia geral; e,
 - Não ter sido condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta.
- (iv) A possibilidade de recondução dos membros do Conselho de Administração levará em consideração o desempenho durante o período, a experiência e a assiduidade nas reuniões ao longo do prazo de gestão anterior.

Adicionalmente, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração, o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Desta forma, o Conselho de Administração, assessorado pelo Comitê de Pessoas, Cultura e Governança (CPCG), no uso de suas atribuições regimentais e em observância ao Regulamento do Novo Mercado, procedeu ao exame da aderência de todos os

candidatos indicados para membro do Conselho de Administração¹ à Política de Indicação, bem como das razões, pelas quais se verifica o enquadramento daqueles indicados como conselheiro independente.

Com base no exame realizado e na manifestação do CPCG, o Conselho de Administração entende que todos os candidatos indicados estão:

- (i) aderentes aos critérios presentes na Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento da Companhia; e
- (ii) devidamente enquadrados nos critérios de independência do Regulamento do Novo Mercado e do Estatuto Social, conforme autodeclaração neste sentido.



Nos termos do art. 11 da RCVM nº 81/2022, as informações sobre os candidatos a membros do Conselho de Administração indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, incluindo os seus respectivos currículos, constam do [Anexo IV](#) ao presente Manual. A declaração prévia de cada candidato está disponível na sede da Companhia, nos termos do Art. 147 da Lei das S/A e do Regulamento do Novo Mercado.

CENÁRIOS DE VOTAÇÃO

Conforme requerimento recebido pela Companhia, a eleição será realizada pelo processo de voto múltiplo. O processo de votação em separado (art. 141, §4º da Lei 6.404/76) não se aplica à Companhia, considerando que não há acionista controlador.

i. Voto Múltiplo: art. 141 da Lei das S/A

O processo de voto múltiplo será aplicável para a eleição de 9 (nove) membros do Conselho de Administração.

Na eleição de Conselheiros pelo processo de voto múltiplo são atribuídos a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do Conselho a serem eleitos, sendo permitida aos acionistas a cumulação de votos em um só candidato, ou a distribuição entre vários candidatos.

É importante mencionar que os acionistas poderão antecipar seus votos por meio do BVD. Nesse caso, os acionistas poderão optar por (i) alocar previamente seus votos de forma igualitária entre os candidatos listados no BVD; (ii) alocar previamente seus votos de forma desproporcional entre os candidatos listados no BVD; ou (iii) abster-se no que se refere à alocação prévia de seus votos.

Caso optem por se abster (opção “iii”), seus votos serão considerados como abstenção na respectiva deliberação da Assembleia Geral, ou seja: seus votos não serão

¹ Todos os candidatos indicados pelos acionistas Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, Plano de Benefícios 1, BNDES Participações - BNDESPAR e o Trígono Capital Ltda., Charles River Fundo de Investimento de Ações e Organon Master Fundo de Investimento de Ações

computados no quórum de deliberação e, portanto, tais acionistas não participarão da eleição dos membros do Conselho de Administração.

Os acionistas poderão concentrar seus votos em um só candidato ou distribuí-los entre vários candidatos, sendo eleitos aqueles 9 (nove) primeiros candidatos que reunirem o maior número de votos dos acionistas presentes na assembleia.

A mesa da assembleia informará previamente à eleição a quantidade de ações que serão consideradas no colégio eleitoral e procederá à apuração do número de votos necessários para a eleição de cada membro do Conselho, nos termos do §1º do art. 141 da Lei das S/A.

ii. Indicação de Outros Candidatos para Conselho de Administração

Os acionistas ou grupo de acionistas que desejarem propor outros candidatos para concorrer aos cargos no Conselho de Administração poderão fazê-lo nos termos da regulamentação vigente e do Estatuto Social da Companhia.

As indicações a candidatos ao Conselho de Administração da Companhia devem ser feitas por meio de notificação por escrito, via e-mail para assembleiadigital@tupy.com.br, **informando:**

(i) Nome completo e qualificação do candidato;

(ii) As informações exigidas pelo art. 11 da Resolução CVM 81, em especial as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência;

(iii) Cópia do instrumento de declaração, relativa ao candidato, de que trata o parágrafo único do art. 46 da Resolução CVM nº 80, ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas;

(iv) Declaração expressa do candidato, antes da respectiva eleição, de que não se encontra impedido para eleição ao cargo do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do art. 147, § 3º, da Lei das S/A e, havendo impedimentos, estes devem ser especificados para avaliação pelos Comitês de Assessoramento da Companhia; e

(v) Caso o referido candidato não esteja presente à AGO, a responsabilidade pela declaração sobre suas condições de elegibilidade recairá sobre o acionista que o indicou, o qual deverá atestar formalmente que obteve tal informação do candidato, indicando possíveis ressalvas e assumindo responsabilidade pela veracidade da declaração, conforme previsto em lei.

Os candidatos indicados devem possuir os requisitos estabelecidos pela Lei das S/A para serem eleitos para os respectivos cargos.

Todas as indicações de candidatos a membro do Conselho de Administração recebidas pela Companhia serão apreciadas pelo Comitê de Pessoas, Cultura e Governança, responsável pela verificação em relação a cada um dos candidatos do atendimento dos requisitos de elegibilidade. Caso o nome do candidato seja apresentado somente na Assembleia Geral, o Comitê fará, anteriormente à posse, a verificação de eventual impedimento.

Além disso, as informações acerca desses candidatos serão divulgadas pela Companhia também na categoria “Aviso aos Acionistas”, sempre que forem recebidas pela Companhia, em tempo hábil, antes da realização da AGO, através de disponibilização nos websites da Companhia (www.tupy.com.br/ri), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br) na forma prevista na regulação aplicável, mas não serão incluídas no boletim de voto a distância.

1.5. Designar o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração

A Assembleia Geral indicará, dentre os Conselheiros de Administração eleitos, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho.

Conforme indicação na chapa recebida pela Companhia, os candidatos apresentados para deliberação da AGO para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração são:

JAIME LUIZ KALSING	MÁRCIO ANTONIO CHIUMENTO
CANDIDATO AO CARGO DE PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CANDIDATO AO CARGO DE VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Caso os indicados para os cargos de Presidente e Vice-Presidente não sejam eleitos, os acionistas presentes no momento da Assembleia Geral, elegerão, por maioria simples de votos, dentre os Conselheiros de Administração eleitos, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho.

1.6. Eleger os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal da Companhia, de funcionamento permanente, é composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, acionistas ou não, eleitos com prazo de gestão de 1 (um) ano, unificado, admitida a reeleição.

Conforme informado por meio de Aviso aos Acionistas publicado em 28 de março de 2025, os acionistas Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, Plano de Benefícios 1, BNDES Participações - BNDESPAR e o Trígono Capital Ltda. indicaram os seguintes candidatos a membros do Conselho Fiscal:

EFETIVO	SUPLENTE
Francisco Ferreira Alexandre	Glauben Teixeira de Carvalho
João Augusto Monteiro	Maria Elvira Lopes Gimenez
Marcos Alberto Pereira Motta	Rafael Caminha Marchesini

A indicação de candidatos a membros do Conselho Fiscal por acionistas detentores de ações de emissão da Companhia deve observar as previsões legais, incluindo aquelas constantes da Lei das S.A., da Resolução CVM nº 81 e do Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP.

PERFIL DOS CANDIDATOS A MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

Com a aprovação dos candidatos, a composição do Conselho Fiscal será estruturada da seguinte forma:



Em cumprimento à RCVM 81/2022, o **Anexo V** a esta Proposta da Administração, que é parte integrante do Manual, contém as informações previstas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, com relação aos candidatos acima identificados.

1.7. Fixar a remuneração anual dos Administradores, do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário e do Conselho Fiscal

ESTRATÉGIA DA REMUNERAÇÃO

A Política de Remuneração dos Administradores (“Política”) da Companhia estabelece diretrizes para definição da remuneração dos membros da Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, considerando:



Compatibilidade com as funções e os riscos inerentes à função



Atração, retenção e reconhecimento



Competitividade do pacote de remuneração total



Alinhamento com os interesses de longo prazo da Companhia

COMPROMISSO COM A RESPONSABILIDADE FINANCEIRA: CONGELAMENTO DA REMUNERAÇÃO

A Companhia tem mantido seu compromisso com a adoção das melhores práticas de governança corporativa e com a administração responsável dos seus recursos. Nesse sentido, apesar dos desafios enfrentados pelo mercado e do crescimento da Companhia, o Conselho de Administração, com recomendação do Comitê de Pessoas, Cultura e Governança (“CPCG”), tomou a decisão de não aplicar qualquer reajuste nos valores individuais das remunerações dos administradores para o exercício de 2025.

Essa decisão reforça o compromisso da Companhia com a prudência na gestão de custos, garantindo previsibilidade orçamentária e alinhamento com as expectativas dos acionistas. Diferente de anos anteriores, nos quais os valores eram ajustados conforme práticas de mercado e variações inflacionárias, optou-se por congelar completamente os valores individuais da remuneração, mesmo diante do crescimento e da maior complexidade dos negócios da Companhia.

REVISÃO DA MACROESTRUTURA ORGANIZACIONAL: FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA PARA SUSTENTAR O CRESCIMENTO DA COMPANHIA

Em linha com o estágio atual de transformação e expansão da Companhia, ao longo do ano de 2024, após amplo trabalho desenvolvido pela Diretoria, o Conselho de Administração avançou na revisão da macroestrutura organizacional da Companhia mediante aprovação de estrutura provisória contemplando a criação de três novas vice-presidências: (i) de Novos Negócios e Inovação; (ii) de Relações Institucionais e Sustentabilidade; e (iii) de Operações, originada da antiga Vice-Presidência de Engenharia e Operações, que passou a ser de Engenharia e Qualidade.

Tal decisão se insere em um contexto de evolução estratégica, marcado pela consolidação de aquisições relevantes (como as unidades de Betim, Aveiro e, mais recentemente, da MWM), pela ampliação das frentes de atuação e pela complexidade crescente dos

negócios da Companhia e visa fortalecer os mecanismos de governança e de gestão para que a Companhia possa capturar de forma eficiente as oportunidades que tem diante de si.

Como consequência direta dessa revisão, a estrutura da Diretoria Estatutária foi ampliada ao longo do ano de 2024, de forma a refletir as novas necessidades estratégicas da Companhia, incluindo a gestão de negócios transformacionais, o avanço de projetos ligados à transição energética, a integração internacional de operações e a ampliação das interações com stakeholders diversos. A expansão do número de diretores estatutários visa garantir que as áreas mais críticas do negócio estejam diretamente representadas na alta liderança, fortalecendo a capacidade de execução da estratégia corporativa e a governança das operações em um momento de intensa transformação.



**Até
abr.2024**

3 Diretores Estatutários

- Diretor Presidente
- Vice-Presidência Comercial
- Vice-Presidência de Engenharia e Operações



mai.2024

Aprovação da macroestrutura organizacional provisória

- Diretor Presidente
- Vice-Presidência de Vendas
- Vice-Presidência de Engenharia e Qualidade
- Vice-Presidência de Operações
- Vice-Presidência de Compras e Logística
- Vice-Presidência de Finanças e Administração
- Vice-Presidência de Novos Negócios e Inovação*
- Vice-Presidência de Relações Institucionais e Sustentabilidade*

*Exercida interinamente pelo Diretor Presidente



ago.2024

Eleição Novo Vice-Presidente

- Vice-Presidência de Novos Negócios e Inovação

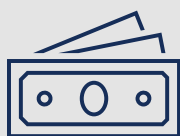


out.2024

Preenchimento de todas as posições

- Vice-Presidência de Relações Institucionais e Sustentabilidade

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA 2025

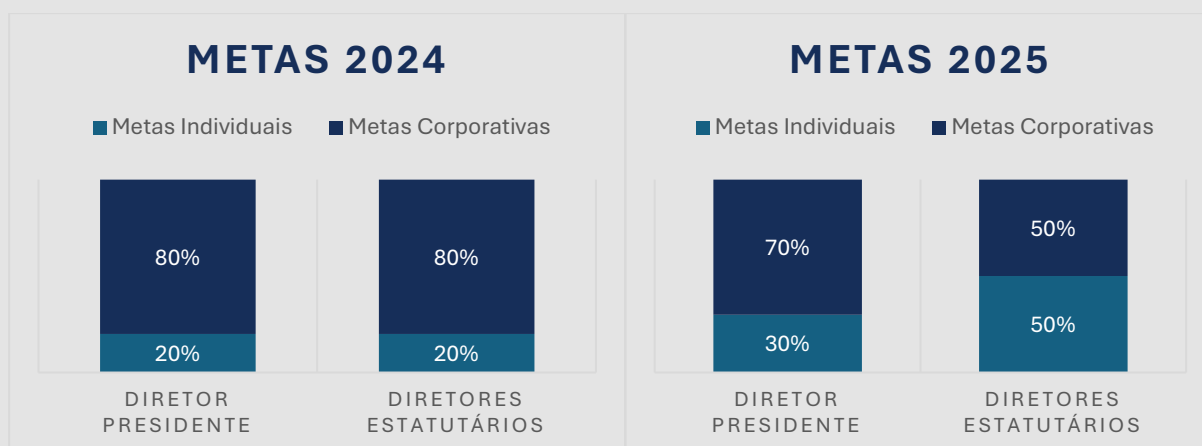


REMUNERAÇÃO FIXA	BENEFÍCIOS
Salário-base mensal	Plano de saúde e odontológico Seguro de vida Previdência privada Veículo e combustível

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	
 METAS PRV (Remuneração Variável de Curto Prazo) Corporativas 50% a 70% (conforme cargo) KPIs Globais EBITDA, LL, ROIC², Ciclo de Caixa Desafios anuais em linha com as expectativas dos acionistas Individuais 30% a 50% (conforme cargo) Negócios, eficiência, inovação e crescimento  Fatores ESG 20% a 50% (conforme cargo) Redução de emissões GEE Eficiência energética Produtos baixo carbono Investimento social Segurança do Trabalho Diversidade & Inclusão	 PLANO DE INCENTIVO 2022 (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP) Unidades de ação por performance 60% Geração de Valor Conversão de 0 a 150% (TSR³ e ROIC) Unidades de ação estritas 40% Retenção e visão de longo prazo Conversão de 1 ação para cada 1 unidade  VESTING PERIOD DE 3 ANOS <i>Informações conforme última outorga aprovada pelo CA</i>

² Retorno Sobre Capital Investido, do termo estrangeiro *Return Over Invested Capital*.

³ Retorno Total ao Acionista, do termo estrangeiro *Total Shareholder Return*.



COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 2025

REMUNERAÇÃO FIXA	ADICIONAL POR PARTICIPAÇÃO EM COMITÊS
Pró-labore base mensal Tendo em vista possuir atribuições específicas, a remuneração fixa mensal para o cargo de Presidente do Conselho de Administração é superior à remuneração fixa mensal dos demais membros.	Pagamento único, independentemente do número de Comitês ou quantidade de reuniões. Adicional superior para os cargos de Coordenadores dos Comitês Adicional do cargo de Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário é superior ao dos demais Coordenadores, haja vista o tempo de dedicação necessário aos trabalhos.

BENEFÍCIOS	
Seguro de vida + Reembolso de despesas necessárias para o desempenho de suas funções.	Não há outros benefícios ou remunerações, como bônus, participação nos lucros, comissões, ações ou compensações pós-emprego e rescisórias.

PROPOSTA DE VERBA GLOBAL DE REMUNERAÇÃO 2025

Apesar do congelamento da remuneração, a proposta de verba global anual para 2025 apresenta um acréscimo em relação ao montante aprovado no exercício anterior. **Esse aumento não decorre de reajustes salariais ou benefícios adicionais dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria e Riscos**

Estatutário, mas sim exclusivamente do crescimento da estrutura da Diretoria Estatutária, que passou a contar com um número maior de executivos. Como dito, essa expansão foi necessária para dar suporte à evolução da Companhia, garantindo a execução eficaz de sua estratégia de longo prazo.

Desta forma, a Administração propõe que a Assembleia Geral Ordinária aprove a fixação da verba global anual para a remuneração dos administradores e conselheiros nos seguintes valores:

- a) Verba global anual da administração no valor total de **até R\$ 59.144.138,65⁴**:
 - a.1) Diretoria Estatutária: o montante de até R\$ 52.319.943,61;
 - a.2) Conselho de Administração: até R\$ 6.176.195,04; e
 - a.3) Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário: até R\$ 648.000,00.
- b) Remuneração anual dos membros do Conselho Fiscal: **até R\$ 648.000,00⁵**.

Comparativamente à proposta aprovada para o exercício de 2024, observa-se que a verba global anual da administração proposta para 2025 apresenta um aumento de aproximadamente 17,6%, passando de R\$ 50.278.291,82 para R\$ 59.144.138,65. Esse crescimento, no entanto, decorre **exclusivamente da ampliação da Diretoria Estatutária**, que evoluiu de cinco para oito membros, em decorrência da revisão da macroestrutura organizacional aprovada pelo Conselho de Administração.

Destaca-se que os valores individuais de remuneração projetados para 2025 permanecem congelados, sem qualquer reajuste, de modo que o acréscimo na verba global reflète apenas a necessidade de adequar a estrutura da Companhia à sua nova realidade operacional e estratégica. Nesse contexto, o crescimento percentual da verba pode, inclusive, ser considerado proporcionalmente modesto, quando comparado ao aumento de 60% no número de membros da Diretoria Estatutária, reforçando o compromisso da Companhia com a responsabilidade na gestão dos recursos e a eficiência da sua governança.

A decisão de manter os valores individuais da remuneração inalterados demonstra o compromisso da Companhia com a sustentabilidade do negócio, reforçando o equilíbrio entre competitividade e responsabilidade financeira.

Dessa forma, a Administração recomenda a aprovação da presente proposta, destacando que **a evolução da verba global não representa qualquer aumento salarial ou**

⁴ *Líquido dos valores referentes aos encargos sociais que são ônus da Companhia*

⁵ *A remuneração proposta para os membros do Conselho Fiscal está em conformidade com o disposto no artigo 162, parágrafo 3º, da Lei das S.A. Vale destacar que, desde o exercício de 2020, a Administração da Companhia propõe à Assembleia Geral que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal seja a mesma remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário.*

reajuste dos valores atualmente praticados, mas sim a incorporação de novos executivos estatutários, reflexo direto da expansão da Companhia.

De forma a proporcionar melhores condições para a tomada da decisão e em benefício da comparabilidade com o valor proposto em relação ao exercício anterior, a Administração submete as seguintes informações relativas à proposta de remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária:

	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (R\$ milhares)		
	2024		2025
	REALIZADO	APROVADO	PREVISÃO
Nº total de membros	9	9	9
Nº membros remunerados	9	9	9
REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL			
Salário ou pró-labore	4.281	4.281	4.369
Benefícios direto e indireto	-	-	-
Participações em comitês	1.781	1.775	1.807
Total da remuneração	6.061	6.056	6.176

DESTAQUE DA REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- 1. Manutenção da Remuneração:** A PREVISÃO 2025 para a remuneração do Conselho de Administração não contempla reajuste em relação ao valor APROVADO 2024, mantendo os valores estabelecidos anteriormente.
- 2. Diferença Participações em Comitês:** A diferença entre o valor do REALIZADO 2024 e APROVADO 2024 se deve ao fato de que, no fim de 2023 e início de 2024, um dos Conselheiros permaneceu como coordenador interino do Comitê de Estratégia, Inovação e Sustentabilidade, recebendo o adicional referente ao período supracitado em janeiro de 2024.
- 3. Diferença de Remuneração:** A diferença entre o valor REALIZADO 2024 e a PREVISÃO 2025 se deve ao fato de que, de janeiro a março de 2024, o valor pago de remuneração ainda considerava o valor de 2023. O reajuste da remuneração aprovado em 2024, só começou a ser pago a partir abril de 2024 e será mantido para todo o ano de 2025.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA (R\$ milhares)			
2024		2025	
	REALIZADO	APROVADO	PREVISÃO
Nº total de membros	5,83	5,67	8
Nº membros remunerados	5,83	5,67	8
REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL			
Salário ou pró-labore	8.725	9.334	11.252
Benefícios direto e indireto	1.716	1.885	2.526
Outros	-	-	2.500
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL			
Bônus	4.505	12.913	15.565
Outros	1.797	1.882	2.789
Pós-emprego	639	711	855
Cessação do cargo	-	8.600	9.041
Baseada em ações	5.404	8.269	7.792
Total da remuneração	22.786	43.594	52.320

DESTAQUES DA REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA

- 1. Ampliação da quantidade de Vice-Presidências:** Ampliação de 5,67 para 8 a quantidade de membros da Diretoria Estatutária.
- 2. Congelamento das remunerações individuais:** A projeção das remunerações individuais em 2025 não considera reajuste da remuneração fixa dos atuais oito Diretores Estatutários.
- 3. Benefícios Diretos e Indiretos:** Os benefícios diretos e indiretos previsto em Contrato com a Diretoria Estatutária sofreram correção pela inflação e/ou contratos.
- 4. Reserva Orçamentária:** O item “Outros” refere-se a reserva orçamentária para potenciais ajustes no âmbito do design organizacional definitivo a ser aprovado pelo Conselho de Administração.
- 5. Premiações por Projetos Extraordinários:** O item “Outros” refere-se a projetos extraordinários, incluindo premiações aprovadas pelo Conselho de Administração com base na Política de Remuneração dos Administradores da Companhia, em reconhecimento ao sucesso na execução do projeto derivado da aquisição em 2022 (MWM). O pagamento da premiação será diferido ao longo de três anos, condicionado à obtenção de metas de resultados (sinergias) estabelecidas pelo Conselho e suportado pela análise de auditores, bancos e advogados.
- 6. Destinação das Verbas de Cessação de Cargo:** As verbas destinadas para cessação de cargo não podem ser utilizadas para outros fins, exceto para indenização de Diretores Estatutários nos casos previstos nos respectivos contratos de prestação de serviços.

Maiores detalhes sobre a remuneração dos Administradores, do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário e do Conselho Fiscal são encontrados no [Anexo VI](#).

ANEXO I - Comentário dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia

(item 2 do Formulário de Referência, conforme RCMV 80/2022)

2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia, e os valores constantes nesta seção 2.1 foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas da Tupy S.A. referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

As informações constantes nesta seção 2 devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Tupy S.A., disponíveis no website da Companhia (<https://ri.tupy.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm).

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores da Companhia consideram que a Companhia apresentou, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver suas atividades, implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

A Companhia encerrou 2024 com endividamento líquido de R\$ 2,34 bilhões, o que resulta em um indicador de 1,81x dívida líquida/EBITDA Ajustado. No que concerne à composição por moeda, 65,0% estão denominadas em moeda estrangeira e 35,0% em Reais. Em relação ao prazo, 86,2% são obrigações de longo prazo e 13,8% estão classificadas no curto prazo.

Em termos de liquidez, a Companhia apresentou índices de liquidez corrente (ativo circulante dividido por passivo circulante) de 2,20 em 2024.

Indicadores Econômicos e Financeiros (Em R\$ mil)	2024	2023
Endividamento Líquido (1)	2.342.357	2.200.053
EBITDA ajustado (2)	1.293.899	1.264.879
EBIT (3)	559.667	829.635
Endividamento Líquido/ EBITDA ajustado	1,81	1,74
Liquidez Corrente (Ativo Circulante/ Passivo Circulante)	2	2
Operação de swap		
Endividamento Bancário Líquido/ EBITDA ajustado (2)	1,81	1,74

(1) Endividamento Bancário Líquido: representa a totalidade dos financiamentos e empréstimos (inclusive os arrendamentos de direito de uso de ativos), debêntures e derivativos passivos de curto e longo prazo deduzidos do total de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e derivativos ativos de curto e longo prazo. O Endividamento Bancário Líquido não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como um indicador do desempenho operacional, ou alternativo aos fluxos de caixa da Companhia, como medida de liquidez ou capacidade de pagamento da dívida da Companhia. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da Companhia. A Companhia acredita que o Endividamento Bancário Líquido funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

(2) EBITDA Ajustado é o lucro líquido adicionado do resultado financeiro líquido, do imposto sobre a renda e contribuição social, das depreciações, amortizações e impairment de ativo imobilizado e intangível e ajustado pela adição das outras despesas ou redução das outras receitas operacionais líquidas. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. O EBITDA Ajustado não possui significado padronizado e a definição da Companhia de EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquela utilizada por outras sociedades. A Companhia acredita que o EBITDA Ajustado funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Entretanto, cabe ressaltar que, uma vez que o EBITDA Ajustado não considera certos custos intrínsecos aos negócios da Companhia, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os seus lucros, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA Ajustado apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da rentabilidade da Companhia.

(3) EBIT é o lucro líquido adicionado do resultado financeiro líquido e do imposto sobre a renda e contribuição social. O EBIT não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

b. estrutura de capital

A Diretoria considera que a atual estrutura de capital, medida pelo quociente entre capital próprio e capital de terceiros, apresenta níveis de alavancagem consistentes com a natureza dos negócios da Companhia e com o planejamento de investimentos a serem realizados.

A tabela abaixo mostra a estrutura de capital próprio e de terceiros para os períodos indicados:

(Em R\$ mil)	2024	2023
Capital próprio (Patrimônio líquido)	3.499.347	3.327.842
Total do passivo exigível	8.011.516	6.956.903
Caixa e equivalentes de caixa	(2.376.203)	(1.593.098)
Capital de terceiros (1)	5.635.313	5.363.805
Capital próprio / capital de terceiros	0,62	0,62

(1) Capital de terceiros: total do passivo circulante mais não circulante, deduzidos os saldos de caixa e equivalentes de caixa.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de endividamento, posição de liquidez e a capacidade de geração de caixa, os Diretores da Companhia são de opinião de que ela terá recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros. Além disso, não se espera que saídas de caixa, incluídas nas análises de maturidade da dívida da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes, a não ser em caso de antecipação por iniciativa da Companhia.

Os principais indicadores que demonstram a capacidade de pagamento e liquidez são apresentados abaixo:

Indicadores Econômicos e Financeiros (Em R\$ mil)	2024	2023
Receitas	10.665.110	11.368.190
Lucro Bruto	1.926.591	1.935.123
Lucro Líquido	82.440	517.013
Margem Bruta (1)	18,06%	17,02%
Margem Líquida (2)	0,77%	4,55%
Resultado Financeiro	(300.539)	(291.495)
Despesa financeira	(400.941)	(340.075)
Passivo (Passivo Exigível + Patrimônio Líquido)	11.510.863	10.284.745
Passivo Exigível/Passivo (Passivo Exigível + Patrimônio Líquido)	69,60%	67,64%
Endividamento Líquido (3)	2.342.357	2.200.053
EBIT (4)	559.667	829.635
EBITDA ajustado (5)	1.293.899	1.264.879
Endividamento Líquido/ EBITDA ajustado (5)	1,81	1,74

(1) Margem bruta é o lucro bruto dividido pelas receitas.

(2) Margem líquida é o lucro líquido dividido pelas receitas.

(3) Endividamento Bancário Líquido representa a totalidade dos financiamentos e empréstimos (inclusos os arrendamentos de direito de uso de ativos), debêntures e derivativos passivos de curto e longo prazo deduzidos do total de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e derivativos ativos de curto e longo prazo. O Endividamento Bancário líquido não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como um indicador do desempenho operacional, ou alternativo aos fluxos de caixa operacionais, como medida de liquidez ou capacidade de pagamento da dívida da Companhia. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da Companhia. A Companhia acredita que o Endividamento Bancário Líquido funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

(4) EBIT é o lucro líquido adicionado do resultado financeiro líquido e do imposto sobre a renda e contribuição social. O EBIT não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

(5) EBITDA Ajustado é o lucro líquido adicionado do resultado financeiro líquido, do imposto sobre a renda e contribuição social, das depreciações, amortizações e impairment de imobilizado e intangível e ajustado pela adição das outras despesas ou redução das outras receitas operacionais líquidas. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. O EBITDA Ajustado não possui significado padronizado e a definição da Companhia de EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquela utilizada por outras sociedades. A Companhia acredita que o EBITDA Ajustado funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Entretanto, cabe ressaltar que, uma vez que o EBITDA Ajustado não considera certos custos intrínsecos aos negócios da Companhia, que poderia, por sua vez, afetar significativamente os seus lucros, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA Ajustado apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da rentabilidade da Companhia.

Análise de Liquidez (Em R\$ mil)	Exercício social findo em	
	2024	2023
Ativo Circulante	7.460.379	6.186.653
Ativo não Circulante	4.050.484	4.098.092
Passivo Circulante	3.390.939	3.246.790
Passivo não Circulante	4.620.577	3.710.113
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.376.203	1.593.098
Liquidez Corrente - (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	2,20	1,91
Liquidez Imediata - (Disponibilidades/Passivo Circulante)	0,70	0,49
Liquidez Geral - (Ativo Circulante + Não Circulante/Passivo circulante + Não Circulante)	1,44	1,48

O fluxo de pagamento contratual (não descontado) da Companhia apresenta a seguinte composição em 31 de dezembro de 2024:

Consolidado		Fluxo de caixa contratual					
Passivos financeiros	Valor contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total do fluxo
Financiamentos e empréstimos	3.198.055	510.071	86.330	142.232	664.179	2.394.003	3.796.815
Fornecedores, títulos a pagar e outros	1.643.558	1.643.558	-	-	-	-	1.643.558
Debêntures	1.572.257	88.947	100.918	208.928	207.219	1.978.089	2.584.101
Dividendos a pagar	190.263	190.263	-	-	-	-	190.263
Instrumentos financeiros derivativos	22.073	14.555	7.518	-	-	-	22.073
	6.626.206	2.447.394	194.766	351.160	871.398	4.372.092	8.236.810

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia utiliza para o seu capital de giro a geração de caixa operacional, empréstimos e financiamentos e debêntures. De acordo com suas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as atividades operacionais geraram caixa de R\$ 1,4 bilhões, frente a R\$ 829,1 milhões do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Durante o exercício de 2024, a Companhia efetuou captações através de contratação de BNDES – Exim, Adiantamento de Contrato de Câmbio, Debêntures e Finep.

A tabela abaixo demonstra as captações efetuadas durante o exercício de 2024:

Modalidade (Em R\$ mil)	2024	2023
Debêntures	1.500.000	-
ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio	673.742	373.946
Finep	27.501	-
BNDES - Exim	149.240	89.666
Nota de crédito exportação - Tupy Minas Gerais	-	81.000
	2.350.483	544.612

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia realiza a gestão de fluxo de caixa, dos riscos associados às operações financeiras e eventuais deficiências de liquidez, seguindo as diretrizes estabelecidas na Política de Gestão Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração.

Atualmente, a Companhia encontra-se em uma situação de liquidez suficiente para atender às necessidades de capital de giro e para manutenção dos investimentos. Em caso de uma situação de deficiência de liquidez, a Companhia está apta a captar recursos junto a instituições financeiras de médio e grande porte, em nível que acredita apropriado para o desempenho de suas atividades.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía contratos de empréstimos e financiamentos, debêntures e contratos derivativos passivos, de curto e longo prazo, que somavam R\$ 4,79 bilhões, dos quais R\$ 4,13 bilhões, 86,2%, referem-se a longo prazo.

O Endividamento Bancário Líquido consolidado em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 2,34 bilhões.

A tabela abaixo demonstra o endividamento bancário e o endividamento bancário líquido da Companhia nos períodos indicados:

Endividamento Líquido (1) (Em R\$ mil)	Exercício social findo em	
	2024	2023
Financiamento e empréstimos		
Moeda nacional	92.643	233.113
Moeda estrangeira	545.480	429.820
Total do circulante	638.123	662.933
Financiamento e empréstimos		
Moeda nacional	1.562.853	1.207.342
Moeda estrangeira	2.569.336	1.920.406
Total do não circulante	4.132.189	3.127.748
Instrumentos financeiros derivativos a pagar		
Circulante	22.073	13.344
Total dos instrumentos financeiros derivativos a pagar	22.073	13.344
Total do endividamento bancário	4.792.385	3.804.025
(-) Caixa e equivalentes de caixa	2.376.203	1.593.098
(-) Instrumentos financeiros derivativos a receber	73.825	10.874
Total Endividamento Líquido	2.342.357	2.200.053

(1) Endividamento Bancário Líquido não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como um indicador do desempenho operacional, ou como uma alternativa, como medida de liquidez ou capacidade de pagamento da dívida da Companhia. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da Companhia. A Companhia acredita que o Endividamento Bancário Líquido funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

Debêntures:

A tabela abaixo representa as debêntures emitidas pela Companhia:

(Em R\$ mil)	Exercício social findo em	
	2024	2023
Moeda Nacional	1.572.257	1.035.518
4ª emissão	-	1.035.518
5ª emissão	1.572.257	-
Total debêntures	1.572.257	1.035.518

Em 17 de julho de 2024 a Companhia concluiu a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 3 (três) séries.

- Série 1 - R\$ 789,8 milhões possui vencimento em parcela única em julho de 2029, com juros semestrais de CDI mais 0,87% ao ano e amortização no vencimento.

- Série 2 - R\$ 360,2 milhões possui vencimento em duas parcelas de igual valor em julho de 2030 e julho de 2031, com juros semestrais de CDI mais 1,00% ao ano.
- Série 3 - R\$ 350,0 milhões possui vencimento em três parcelas de igual valor em julho de 2032, julho de 2033 e julho de 2034 com juros semestrais de CDI mais 1,18% ao ano.

Os custos de emissão no montante de R\$ 7,8 milhões têm seu reconhecimento diferido ao longo desta operação.

Com o recurso líquido captado por meio dessa Oferta Restrita a Companhia procedeu, o resgate antecipado das debêntures da 4ª emissão no montante de R\$ 1,0 bilhão. O montante captado, superior ao da 4ª emissão foi destinado à liquidação antecipada de outras dívidas em julho de 2024.

As debêntures são da espécie quirografária, não contando com garantia real, fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Emissora em particular, não oferecendo privilégio algum sobre o ativo da Emissora para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão, e não conferirão qualquer privilégio especial ou geral aos Debenturistas, ou seja, sem qualquer preferência, concorrendo os Debenturistas em igualdade de condições com os demais credores quirografários, em caso de falência da Emissora.

As debêntures possuem *covenants*, com medição anual, tendo como principal indicador financeiro a Dívida Líquida/EBITDA Ajustado. A Companhia, em 31 de dezembro de 2024, atende a todos os critérios estabelecidos. Em caso de descumprimento poderia resultar no impedimento de: (i) efetuar novas captações de empréstimos e financiamentos; (ii) distribuir dividendos superiores ao mínimo legal; (iii) realizar investimentos não relacionados a manutenção das atividades produtivas; e (iv) recomprar ações emitidas pela Companhia.

Adicionalmente, são aplicáveis *covenants* não financeiros, sendo a principal medida não financeira que poderia resultar no vencimento antecipado da Emissão seria a mudança de controle da Companhia que reduza a classificação externa de risco (rating).

Financiamentos e empréstimos:

A tabela abaixo representa os montantes em aberto:

			Exercício social findo em	
(Em R\$ mil)	Vencimento	Custo médio	2024	2023
Moeda Estrangeira			3.111.687	2.343.688
(a) Senior Unsecured Notes - US\$375.000	Fev/2031	VC + 4,50% a.a.	2.346.908	1.833.352
(d) Adiantamento de contrato de câmbio - ACC	Mai/2025	VC + 6,48% a.a.	423.813	378.285
(e) BNDES - Exim	Abr/2029	VC + 5,63% a.a.	304.782	93.863
Arrendamentos Direito Uso de Ativos			36.184	38.188
Moeda Nacional			86.368	411.475
(b) Nota de Crédito a Exportação - NCE	Fev/2025	CDI + 1,42% a.a.	-	340.814
(c) Financiadora de estudos e projetos – FINEP	Jul/2032	TJLP - 0,11% a.a.	65.782	37.678
Arrendamentos Direito Uso de Ativos			20.550	32.246
Finame (PSI)	Jan/2025	6,00% a.a.	36	737
Total endividamento bancário			3.198.055	2.755.163

A origem dos financiamentos e empréstimos acima relacionados é a seguinte:

(a) Senior Unsecured Notes – US\$375.000

Em fevereiro de 2021 a Companhia concluiu a emissão de títulos de dívida (“Emissão”) no mercado internacional, por meio de sua controlada Tupy Netherlands Finance B.V. (sucessora da Tupy Overseas S.A.), garantidos pela Controladora, no montante de US\$ 375,0 milhões equivalentes a R\$ 2,0 bilhões, com amortização única em fevereiro de 2031. Os juros, ao cupom de 4,50% ao ano, serão pagos semestralmente nos meses de fevereiro e agosto. As *Senior Unsecured Notes* contam com garantia integral e solidária da Companhia.

Em fevereiro e agosto de 2024 a Companhia efetuou pagamentos de juros no total de R\$ 89,8 milhões (no mesmo período do ano anterior foi de R\$ 85,0 milhões). O efeito cambial ocorrido no período foi incremento de R\$ 506,6 milhões (redução R\$ 136,1 milhões no mesmo período do ano anterior).

A Emissão possui *covenants*, com medição anual, tendo como principal indicador financeiro, Dívida Líquida/EBITDA Ajustado e a Companhia, em 31 de dezembro de 2024, atende todos os critérios estabelecidos. Em caso de descumprimento poderia resultar no impedimento de: (i) efetuar novas captações de empréstimos e financiamentos; (ii) distribuir dividendos superiores ao mínimo legal; (iii) realizar investimentos não relacionados a manutenção das atividades produtivas; e (iv) recomprar ações emitidas pela Companhia.

Adicionalmente, são aplicáveis à Emissão *covenants* não financeiros, sendo a principal medida não financeira que poderia resultar no vencimento antecipado da Emissão é a mudança de controle da Companhia que reduza a classificação externa de risco (*rating*).

(b) Nota de crédito exportação - NCE

Em fevereiro de 2024 a subsidiária Tupy Minas Gerais Ltda efetuou a liquidação total no montante de R\$ 243,0 milhões referente as operações contratadas em fevereiro de 2022.

Em fevereiro de 2024 a Controladora contratou empréstimo junto ao Banco do Brasil S.A. no montante de R\$ 346,0 milhões, atualizados pelo CDI mais 1,40% ao ano, com

pagamentos semestrais e vencimento em 09 de janeiro de 2029. Referida operação foi liquidada antecipadamente em julho de 2024.

Em fevereiro de 2023 a subsidiária Tupy Minas Gerais Ltda contratou empréstimo junto ao Banco do Brasil S.A., no montante de R\$ 81,0 milhões, atualizados pela variação do CDI mais 1,50% ao ano e com vencimento em 10 de fevereiro de 2025. Referida operação foi liquidada antecipadamente em julho de 2024.

(c) Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP

Trata-se de financiamento para projetos de inovação obtido junto a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), contratado em 14 de julho de 2022. O valor total da linha de crédito é de R\$ 103,0 milhões.

Em setembro de 2022 e abril de 2024 foram liberados os montantes de R\$ 37,1 milhões e R\$27,5 milhões respectivamente, com prazo médio de 10 anos e taxa de juros pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e pagamento mensal.

As garantias são compostas por fiança bancária.

(d) Adiantamento de contrato de câmbio – ACC

No primeiro trimestre de 2024, a Controladora contratou operações junto ao Banco do Brasil S.A. e Banco Itaú S.A., no montante de R\$ 189,2 milhões (USD 38,0 milhões). Esses contratos têm vencimentos no primeiro trimestre de 2025, com pagamento de juros e amortização no vencimento da operação. Deste montante, USD 18,0 milhões possui operação de *swap* com o custo de 99,45% do CDI.

Considerando que a Companhia contratou operações de *swap* para cobertura da exposição cambial decorrente destas operações, tais passivos financeiros estão sendo avaliados pelo valor justo por meio do resultado.

No segundo trimestre de 2024, a Controladora contratou operações junto ao Banco do Brasil S.A. e Banco Bradesco S.A. no total de R\$ 137,4 milhões (USD 27,0 milhões). Esses contratos têm vencimentos até maio de 2025, com liquidação de juros e amortização no vencimento da operação sendo atualizado pela variação cambial da moeda mais 6,35% ao ano.

No terceiro trimestre de 2024, a Controladora optou por prorrogar contrato com vencimento previsto para julho de 2024 no montante de R\$ 151,6 milhões (USD 30,0 milhões), contratada no quarto trimestre de 2023. O efeito da variação cambial foi contraposto pelo recebimento de *swap* no montante de R\$ 8,2 milhões. Essa operação foi renegociada para janeiro de 2025, com liquidação de juros e principal no vencimento da operação sendo atualizado pela variação cambial da moeda mais 6,20% ao ano.

Também no terceiro trimestre a Controladora liquidou a operação no montante de R\$ 250,7 milhões (USD 45,0 milhões) de principal, contratada no quarto trimestre de

2023. O efeito da variação cambial foi contraposto pelo recebimento de *swap* no montante de R\$ 22,6 milhões.

No quarto trimestre de 2024, a Controladora liquidou a operação no montante de R\$ 151,6 milhões (USD 30,0 milhões) de principal, prorrogada no terceiro trimestre de 2024.

(e) BNDES – Exim

Em agosto de 2023, a Controladora obteve uma linha de crédito BNDES-Exim com o Banco Itaú S.A., no valor principal de R\$ 89,7 milhões (USD 18,3 milhões). Esta operação tem vencimento em 15 agosto de 2028, com liquidação de juros trimestralmente e amortização do principal no vencimento da operação, sendo atualizado pela variação cambial da moeda mais 5,58% ao ano. Para proteção dessa exposição cambial, foi realizado uma operação de *swap* com o custo de 108,5% do CDI.

Em março de 2024, a Controladora realizou uma nova captação no valor principal de R\$ 149,2 milhões (USD 29,9 milhões), com vencimento em abril de 2029, liquidação de juros trimestralmente e amortização do principal no vencimento da operação, atualizado pela variação cambial da moeda mais 5,66% ao ano. Para cobertura dessa exposição cambial foi realizado uma operação de *swap* com o custo de 108,3% do CDI.

Considerando que a Companhia contratou operações de *swap* para cobertura da exposição cambial decorrente destas operações, tais passivos financeiros estão sendo avaliados pelo valor justo por meio do resultado.

(f) Pré-pagamento de exportação – Controladas

Tupy Netherlands Finance B.V. (sucessora da Tupy Overseas S.A.)

Em junho de 2024, houve a liquidação total da operação contratada em 2014, que teve seu plano de amortização iniciado em julho de 2023. No semestre findo em 30 de junho de 2024 foram pagos R\$ 950,9 milhões (USD 184,0 milhões). Além disso, foram pagos R\$ 19,9 milhões em juros (R\$ 62,2 milhões em janeiro de 2023). O impacto da variação cambial sobre o montante a pagar de pré-pagamento com a Tupy Overseas, para o período, foi despesa de R\$ 68,8 milhões (receita de R\$ 139,1 milhões no mesmo período do ano anterior).

Em junho de 2024 a controlada Tupy Overseas realizou operação de pré-pagamento exportação para a Controladora no montante de R\$ 189,2 milhões (USD 35,0 milhões), com vencimento em junho de 2027, amortização semestral a partir de junho de 2026 e atualizado pela variação cambial da moeda mais 6,18% ao ano e pagamento de juros semestral.

Em julho e agosto de 2024, a controlada Tupy Overseas realizou operação de pré-pagamento de exportação para a Controladora no montante de R\$ 870,3 milhões (USD 160,0

milhões), com vencimento até agosto de 2027, atualizados pela variação cambial mais 5,78% ao ano, amortização no vencimento da operação e juros semestrais a partir de janeiro de 2025.

Tupy Europe GmbH.

Em março de 2024, a controlada Tupy Europe realizou operação de pré-pagamento exportação para a Controladora no montante de R\$ 35,4 milhões (EUR 6,5 milhões). Os juros são pagos semestralmente nos meses de março e setembro a uma taxa de 5,06% ao ano e com vencimento do principal em março de 2027.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía registrado em seu passivo nenhuma outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Com relação às dívidas que compõem o endividamento da Companhia, deve ser observada a seguinte ordem de pagamento: dívidas com garantia real e dívidas quirografárias. A Companhia não possui dívidas subordinadas. Em relação às dívidas com garantia real, os credores da Companhia têm prioridade no recebimento de seus créditos em relação aos credores quirografários até o limite dado em garantia, inexistindo grau de subordinação entre os credores quirografários.

Adicionalmente, considerando a totalidade do passivo circulante e não circulante da Companhia, o montante de R\$ 4.792,4 milhões, correspondia à obrigação de natureza quirografária em 31 de dezembro de 2024. Tais valores estão sujeitos à preferência das obrigações da Companhia que constam como garantias reais até o limite do bem gravado, tais como alienação fiduciária de bens que totalizavam, em 31 de dezembro de 2024, R\$ 71,2 milhões.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Aproximadamente 81,8% dos contratos de financiamentos e empréstimos da Companhia estão sujeitos ao cumprimento do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA. O descumprimento deste índice nos *Senior Unsecured Notes* resultaria no impedimento de: (i) efetuar novas captações de empréstimos e financiamentos; (ii) distribuir dividendos superiores ao mínimo legal; (iii) realizar investimentos não relacionados à manutenção das atividades produtivas, fusões ou consolidações com terceiros ou qualquer alienação de todo ou parte substancial dos ativos da Companhia; e, (iv) recomprar ações emitidas pela Companhia.

Adicionalmente, os contratos de dívida em aberto, em 31 de dezembro de 2024, terão seu vencimento antecipado na hipótese de mudança do controle da Companhia, desde que tal mudança de controle resulte no rebaixamento de sua classificação externa de risco (*rating*) por pelo menos 2 (duas) agências de rating.

A Companhia apresentou conformidade com os *covenants* no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía saldo a liberar no montante de R\$ 38,4 milhões, referente linha de crédito no montante de R\$ 103,0 milhões para projetos de inovação obtido junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, contratado em 14 de julho de 2022.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Análise comparativa dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 em relação ao do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

(Em R\$ mil)	Exercício social findo em			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2024	AV%	2023	AV%
Receitas	10.665.110	100,0%	11.368.190	100,0%
Custo dos produtos vendidos	(8.738.519)	-81,9%	(9.433.067)	-83,0%
Lucro Bruto	1.926.591	18,1%	1.935.123	17,0%
Despesas de vendas	(561.747)	-5,3%	(599.913)	-5,3%
Despesas administrativas e Honorários da Administração	(449.573)	-4,2%	(428.237)	-3,8%
Outras despesas operacionais líquidas	(355.604)	-3,1%	(77.338)	-0,7%
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	559.667	5,2%	829.635	7,3%
Despesas financeiras	(400.941)	-3,5%	(340.075)	-3,0%
Receitas financeiras	152.067	1,4%	108.104	1,0%
Variações cambiais líquidas	(51.665)	-0,5%	(59.524)	-0,5%
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	259.128	2,4%	538.140	4,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(176.688)	-1,7%	(21.127)	-0,2%
Lucro Líquido do Exercício	82.440	0,8%	517.013	4,5%

i. Receitas

As receitas totalizaram R\$ 10,7 bilhões em 2024, apresentando uma redução de 6,2% na comparação com 2023.

(Em R\$ mil)	Exercício social findo em		
RECEITAS	2024	Varição	2023
Mercado interno	4.165.743	12,6%	3.698.292
Transporte de Carga, Infraestrutura, Agricultura e Geração de Energia	3.566.646	14,6%	3.112.799
Carros de passeio	502.631	-22,1%	645.086
Veículos comerciais	2.240.359	34,6%	1.664.305
Off-road	290.063	-2,2%	296.482
Energia e Descarbonização	533.591	5,3%	506.926
Distribuição	599.097	2,3%	585.493
Mercado externo	6.499.367	-15,3%	7.669.898
Transporte de Carga, Infraestrutura, Agricultura e Geração de Energia	6.298.629	-15,3%	7.437.959
Carros de passeio	342.221	-21,5%	436.142
Veículos comerciais leves	2.400.236	-2,1%	2.452.818
Veículos comerciais médios pesados	1.873.701	-16,0%	2.229.654
Off-road	1.541.703	-27,5%	2.125.717
Energia e Descarbonização	140.770	-27,3%	193.628
Distribuição	200.738	-13,5%	231.939
	10.665.110	-6,2%	11.368.190

Em 2024, a América do Norte foi responsável por 41% das receitas da Companhia. Por sua vez, as Américas do Sul e Central representaram 41%, e a Europa, 15%. Os demais 3% foram provenientes da Ásia, África e Oceania.

As receitas oriundas do mercado interno aumentaram 13%, impactadas pelo crescimento da produção de caminhões no Brasil, com reflexos nas operações de componentes estruturais e contratos de manufatura, que engloba serviços de engenharia, usinagem e montagem de motores de terceiros.

No mercado externo, observou-se queda no volume de vendas de veículos comerciais, ocasionada por preços de fretes depreciados e baixa idade média da frota. Potenciais compradores postergaram aquisição de veículos, observando as implicações das eleições americanas e taxas de juros.

A demanda oriunda das aplicações *off-road* foi afetada, principalmente, pela queda dos preços globais de *commodities* agrícolas e pelo desempenho das vendas de máquinas voltadas ao mercado de construção residencial e não residencial, decorrente das taxas de juros elevadas, além de ajustes de estoques ao longo da cadeia de produção.

As receitas do segmento de energia e descarbonização apresentaram queda de 4%, impactadas pela menor demanda por motores próprios, utilizados principalmente por fabricantes de equipamentos. Taxas de juros, preços de *commodities* agrícolas e condições adversas de crédito afetaram negativamente a demanda por estas aplicações. Por outro lado, observou-se crescimento de 19% nas receitas com grupos geradores, além de ganhos de escala em novos negócios.

As receitas do segmento de Distribuição apresentaram redução de 2%, reflexo da menor atividade econômica, especialmente no mercado externo, sobre o negócio de produtos hidráulicos, que compreende perfis e conexões de ferro. Em contrapartida, as vendas da unidade de reposição (*after market*) tiveram desempenho 4% superior ao do mesmo período do ano anterior.

ii. Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos (“CPV”) em 2024 somou R\$ 8,74 bilhões, montante 7,4% inferior a 2023. Por conseguinte, o ano registrou margem bruta de 18%, ante 17% no ano anterior.

(Em R\$ mil)	Exercício social findo em		
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	2024	Varição	2023
Materiais	5.298.767	-8,8%	5.808.198
Mão-de-obra	1.828.353	-4,0%	1.904.891
Energia	444.257	-4,3%	464.367
Depreciação	343.675	3,9%	330.812
Outros	823.468	-11,0%	924.798
	8.738.519	-7,4%	9.433.067

Os custos do período foram afetados pela elevação de preços de insumos e serviços. A queda dos volumes de produção e vendas, por sua vez, ocasionou a menor diluição de custos fixos, com reflexos negativos na alavancagem operacional.

Esses fatores foram parcialmente mitigados por diversas iniciativas de redução de custos, ganhos de produtividade e captura de sinergias ao longo de 2024.

Desta forma, a margem bruta atingiu 18,1%, versus a margem de 17,0% apresentada em 2023.

iii. Despesas operacionais

As despesas operacionais apresentaram queda de 2% em relação ao ano anterior, com valor correspondente a 9% das receitas líquidas, queda de R\$ 17 milhões na comparação com 2023.

As despesas de vendas atingiram R\$ 561,7 milhões em 2024, contra R\$ 599,9 milhões em 2023, representando uma redução de 6,4%, explicada pela redução de despesas com fretes.

(Em R\$ mil)	Exercício social findo em		
	2024	Varição	2023
Despesas de vendas	561.747	-6,4%	599.913
	561.747	-6,4%	599.913

(Em R\$ mil)	Exercício social findo em		
	2024	Varição	2023
Despesas administrativas	422.189	4,5%	404.181
Honorários da Administração	27.384	13,8%	24.056
	449.573	5,0%	428.237

iv. Outras despesas operacionais líquidas e ajustes por impairment

(Em R\$ mil)	Exercício social findo em		
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	2024	Variação	2023
Reversão <i>Impairment</i> ICMS	61.993	-	-
Ressarcimento sinistro México	25.894	-	-
Compra Vantajosa – Aquisição MWM	-	-100,0%	29.103
Resultado na baixa de bens do imobilizado	(24.220)	275,6%	(6.448)
Constituição e atualização de provisões	(85.901)	-10,8%	(96.275)
Gastos com reestruturações	(57.755)	0,0%	-
Resultado na venda de inservíveis e outros	(17.019)	-446,2%	4.916
	(97.008)	41,2%	(68.704)
Depreciação de ativos não operacionais	(8.470)	-1,9%	(8.634)
Total de outras despesas operacionais, líquidas	(105.478)	36,4%	(77.338)
<i>Impairment</i> imobilizado	(219.614)	-	-
<i>Impairment</i> de intangíveis	(30.512)	-	-
Total dos ajustes por <i>impairment</i>	(250.126)	-	-
Total de outras despesas operacionais, líquidas	(355.604)	359,8%	(77.338)

As outras despesas operacionais líquidas totalizaram R\$ 105,5 milhões em 2024, frente a R\$ 77,3 milhões no ano anterior, representando um incremento de 36,4%, sendo que os principais eventos foram:

- Iniciativas voltadas à otimização da estrutura acarretaram despesas no montante de R\$ 58 milhões, com impacto no EBITDA CVM.
- O plano de sinergias da Companhia decorrente da aquisição das unidades de Aveiro e Betim, anunciada em 2021, previa, entre outras iniciativas, a realocação da produção para linhas mais eficientes. Dessa forma, a planta localizada em Salltillo, no México, terá capacidade de operação reduzida a partir de 2025.
- Neste contexto, foi realizado teste de *impairment* de ativos imobilizados e intangíveis, resultando em ajustes de R\$ 250 milhões, sem efeito caixa.
- Compra vantajosa: a Companhia conclui as negociações de ajuste do preço de aquisição da Tupy MWM do Brasil Ltda e o resultado final foi favorável em R\$ 29,1 milhões, ainda no exercício de 2023.
- Reconhecimento de despesa de R\$ 85,9 milhões em constituição e atualização de provisões. Destes, R\$ 56,4 milhões, referem-se à atualização de causas trabalhistas, além de novas ações interpostas contra a Companhia por ex-empregados. Atualização de causas tributárias e previdenciárias representaram R\$ 20,3 milhões. As causas cíveis, reduziram em R\$ 9,3 milhões, decorrentes de reversões e modificação da probabilidade de perda ante os posicionamentos apresentados pelos órgãos julgadores.

v. Resultado financeiro líquido

(Em R\$ mil)		Exercício social findo em	
RESULTADO FINANCEIRO	2024	Variação	2023
Despesas financeiras	(400.941)	17,9%	(340.075)
Receitas financeiras	152.067	40,7%	108.104
Variação cambiais	(51.665)	-13,2%	(59.524)
Total de resultado financeiro	(300.539)	3,1%	(291.495)

O resultado financeiro líquido de 2024 consistiu em despesa de R\$ 300,5 milhões, frente a R\$ 291,5 milhões em 2023.

O aumento das despesas financeiras deve-se, principalmente, ao incremento da dívida bruta decorrente da captação de debêntures no montante de R\$ 1,5 bilhão, realizada em julho de 2024. Com o recurso líquido captado por meio dessa Oferta Restrita a Companhia procedeu o resgate antecipado das debêntures da 4ª emissão, com pagamento de prêmio no montante de R\$ 12,5 milhões e a baixa a resultado dos custos de sua emissão no montante de R\$ 4,5 milhões.

As receitas financeiras do período cresceram 40,7% na comparação com o ano anterior, atingindo R\$ 152,1 milhões. O crescimento é decorrente do aumento da posição de caixa, oriunda de captações e geração operacional, mitigando o efeito da redução média dos juros (CDI) que remuneram as aplicações financeiras.

As despesas com variações monetárias e cambiais líquidas, no valor de R\$ 51,7 milhões, são decorrentes de (i) variações positivas nas contas do balanço patrimonial, no valor de R\$ 126,8 milhões, e (ii) resultado negativo com operações de derivativos no valor de R\$ 178,5 milhões.

vi. Resultado antes dos tributos sobre o lucro

Como resultado dos fatores acima, o resultado antes dos tributos sobre o lucro foi de R\$ 259,1 milhões em 2024 frente a R\$ 538,1 milhões em 2023.

vii. Imposto sobre a renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social, antes da variação cambial sobre a base tributária no México, foi de R\$ 76,5 milhões, que representa alíquota efetiva de 30% sobre o lucro antes dos impostos. A principal contribuição para a redução da alíquota efetiva foi benefício fiscal da distribuição de Juros sobre o Capital Próprio.

(Em R\$ mil)	Exercício social findo em		
	2024	Variação	2023
Lucro antes dos impostos	259.128		538.140
Alíquota de imposto de renda	34%		34%
Despesa à alíquota	(88.103)	-51,8%	(182.968)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:			
Depreciação de ativos não operacionais	(55)	-45,0%	(100)
Juros sobre o capital próprio	37.014	-6,2%	39.444
Imposto adicional das empresas de serviços - México	(20)	-92,5%	(266)
Efeito da correção do ativo imobilizado	1.037	-74,2%	4.016
Incentivos fiscais Reintegra	898	-105,3%	(16.895)
Imposto adicional das Subsidiárias	(25.324)	79,0%	(14.149)
Reconhecimento de IR/CS diferidos - Controladas	-		95.925
Efeito diferença de alíquota	21.402	25,3%	17.084
Demais (adições) exclusões permanentes	(23.338)	-18,7%	(28.713)
cambiais	(76.489)	-11,7%	(86.622)
Alíquota de imposto de renda antes de impactos cambiais	30%	83,4%	16%
Efeito da moeda funcional sobre base tributária (a)	(100.199)	-253,0%	65.495
Efeitos fiscais lançados ao resultado	(176.688)	736,3%	(21.127)
Alíquota de imposto de renda - Efetiva	68%	1636,8%	4%

viii. Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido de 2024 foi de R\$ 82,4 milhões, enquanto em 2023 foi R\$ 517,0 milhões. O lucro atribuído aos acionistas da Tupy S.A. no exercício de 2024 foi de R\$ 79,5 milhões e de R\$ 508,1 milhões em 2023.

Análise das principais variações patrimoniais das posições em 31 de dezembro de 2024 em relação a 31 de dezembro de 2023

O quadro abaixo demonstra as principais contas do ativo da Companhia, bem como as respectivas variações:

ATIVO (Em R\$ mil)	Exercício social findo em				
	2024	AV	Variação	2023	AV
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	2.376.203	20,6%	49,2%	1.593.098	15,5%
Instrumentos financeiros derivativos	73.825	0,6%	578,9%	10.874	0,1%
Contas a receber	1.837.435	16,0%	0,3%	1.831.735	17,8%
Estoques	2.197.704	19,1%	12,1%	1.961.262	19,1%
Ferramentas	294.744	2,6%	23,8%	238.143	2,3%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	169.957	1,5%	128,8%	74.271	0,7%
Demais tributos a recuperar	363.119	3,2%	3,7%	350.162	3,4%
Títulos a receber e outros	147.392	1,3%	16,0%	127.108	1,2%
	7.460.379	65%	20,6%	6.186.653	60,2%
Não Circulante					
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	43.405	0,4%	-15,1%	51.122	0,5%
Demais tributos a recuperar	47.179	0,4%	-82,6%	271.395	2,6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	846.275	7,4%	8,4%	780.516	7,6%
Depósitos judiciais e outros	21.131	0,2%	-34,0%	32.034	0,3%
Investimentos em instrumentos patrimoniais	10.436	0,1%	8,8%	9.590	0,1%
Propriedades para investimento	3.831	0,0%	5,8%	3.622	0,0%
Imobilizado	2.940.751	25,5%	5,3%	2.792.713	27,2%
Intangível	137.476	1,2%	-12,5%	157.100	1,5%
	4.050.484	35%	-1,2%	4.098.092	39,8%
	11.510.863	100,0%	11,9%	10.284.745	100,0%

i. Caixa e equivalentes de caixa

Apresentou crescimento de 49,2% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2023.

(Em R\$ mil)	Exercício social findo em		
	2024	Variação	2023
Caixa e bancos	19.897	119,3%	9.072
Aplicações financeiras no país	1.172.691	46,2%	801.871
Aplicações financeiras no exterior	1.183.615	51,3%	782.155
Caixa e equivalente de caixas	2.376.203	49,2%	1.593.098

Em 31 de dezembro de 2024 o acréscimo de caixa e equivalentes de caixa apresentado no período deve-se a geração oriunda das atividades operacionais, R\$ 1.353,5 milhões, às amortizações líquidas ocorridas no período, oriundas das atividades de financiamentos no montante de R\$ 151,7 milhões, deduzidas as atividades de investimentos no montante de R\$ 640,1 milhões e adicionado a importância de R\$ 221,4 milhões referente a variação cambial das disponibilidades mantidas em moeda estrangeira.

ii. Contas a receber

A variação observada em 31 de dezembro de 2024 em comparação com 31 de dezembro de 2023 decorreu, substancialmente, pela redução no volume de vendas no último trimestre de 2024 em comparação com o exercício anterior, compensado pela desvalorização do Real frente ao Dólar norte americano que passou de R\$ 4,8413 em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 6,1923 em 31 de dezembro de 2024.

(Em R\$ mil)	Exercício social findo em		
	2024	Variação	2023
Mercado interno	464.676	-3,5%	481.457
Mercado externo	1.417.448	2,1%	1.388.609
Estimativa para perdas em recebíveis	(44.689)	16,6%	(38.331)
Contas a receber	1.837.435	0,3%	1.831.735

Em 31 de dezembro de 2024 a estimativa de perdas em relação às contas a receber de clientes representava 2,4% do saldo de contas a receber consolidado em aberto (em 31 de dezembro de 2023 era 2,0%). Em relação aos valores vencidos, a Companhia mantém contato próximo com os clientes no sentido de entender e subsidiar em alguma dificuldade de processo que possa ter gerado atraso no pagamento, podendo em casos extremos notificar, adotar medidas de cobrança previstas em contrato e até suspender novas remessas.

iii. Estoques

(Em R\$ mil)	Exercício social findo em		
	2024	Variação	2023
Produtos acabados	752.135	10,7%	679.136
Produtos em elaboração	697.092	40,4%	496.363
Matérias-primas	604.806	-7,4%	652.796
Materiais de manutenção e outros	219.915	7,1%	205.357
Estimativa para perdas em estoques	(76.244)	5,3%	(72.390)
Estoques	2.197.704	12,1%	1.961.262

A variação observada no saldo dos estoques reflete a inflação de preços das matérias primas no período, amplificados pela desvalorização do Real frente ao Dólar norte americano, que passou de R\$ 4,8413 em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 6,1923 em 31 de dezembro de 2024.

iv. Ferramentais de terceiros

Referem-se a ferramentais em produção para atender contratos de fornecimento, onde a construção, em grande parte, é financiada pelos próprios clientes. O aumento observado no saldo decorre, substancialmente, da desvalorização do Real frente ao Dólar norte americano, que passou de R\$ 4,8413 em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 6,1923 em 31 de dezembro de 2024.

(Em R\$ mil)	Exercício social findo em		
	2024	Variação	2023
Mercado interno	42.887	-38,5%	69.772
Mercado externo	251.857	49,6%	168.371
Ferramentais	294.744	23,8%	238.143

v. Demais tributos a recuperar

Consolidado						
	dez/24			dez/23		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a recuperar - SP (a)	80.011	23.232	103.243	22.848	86.118	108.966
ICMS a recuperar - SC (a)	8.948	5.662	14.610	7.690	8.166	15.856
ICMS a recuperar - MG (a)	2.457	3.259	5.716	3.797	3.259	7.056
Benefício Reintegra (b)	897	-	897	876	-	876
COFINS, PIS e IPI a recuperar (c)	120.540	15.026	135.566	161.001	72.378	233.379
Imposto sobre valor agregado - IVA (d)	150.266	-	150.266	153.950	101.474	255.424
	363.119	47.179	410.298	350.162	271.395	621.557

Em 2024, o saldo agregado dos demais tributos a recuperar apresentou redução significativa em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2023. As principais variações, por tributos, estão abaixo relacionadas:

- ICMS a recuperar: São créditos decorrentes de compras de matérias-primas utilizadas no processo de manufatura de produtos exportados e de compras de ativos imobilizados, estes realizáveis em 48 parcelas conforme a legislação estadual aplicável. O crédito acumulado em São Paulo foi constituído ao longo dos anos, pela subsidiária MWM Tupy do Brasil Ltda., em especial em 2018. Devido, essencialmente, aos pagamentos de ICMS no desembaraço aduaneiro de mercadorias realizado dentro do estado de São Paulo sem contrapartida equivalente de consumo (débitos) em vista da representatividade na operação das atividades exportadoras (isentas) e das vendas interestaduais (realizadas sob alíquota inferior à praticada no referido desembaraço). A realização do ativo, mediante transferências para terceiros apresentou resultados expressivos durante o exercício e em 31 de dezembro de 2024 a Companhia reverteu a provisão de *impairment*, no montante de R\$ 61,9 milhões, que havia sido constituída na mensuração do balanço de abertura base para a combinação de negócios em 01 de dezembro de 2022.
- COFINS, PIS e IPI a recuperar: São créditos decorrentes da aquisição de insumos utilizados no processo produtivo e são compensados com os tributos incidentes na venda de mercadorias e para compensação de outros tributos federais para a parcela de origem proporcional às receitas de exportação. Para os créditos de origem proporcional às receitas do mercado interno a utilização se dá pela compensação em conta gráfica. A combinação de negócios pela aquisição da MWM Tupy do Brasil Ltda trouxe ativo de PIS e COFINS de origem da exclusão do ICMS da base de cálculo, no montante de R\$ 218,8 milhões. Deste montante R\$ 168,7 milhões serão ressarcidos à vendedora à medida que forem utilizados pela adquirida. A redução observada em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2023 decorre da utilização para compensação de tributos e contribuições federais.
- Imposto sobre o valor agregado: São créditos decorrentes da aquisição de insumos utilizados no processo produtivo das controladas no México e das exportações, a partir das empresas adquiridas em 1º de outubro de 2021, com desembaraço na Itália. Referidos créditos são reembolsados regularmente pelas

respectivas autoridades fiscais. Em dezembro de 2024 foram ressarcidos créditos acumulados nas operações italianas, resultando na redução observada em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2023.

vi. Impostos de renda e contribuição social a recuperar

O acréscimo identificado em relação a 2023 na Controladora refere-se a impostos pagos por estimativa, retenções na fonte sobre os juros sobre o capital próprio e sobre o rendimento de aplicações financeiras. Nas subsidiárias decorre, substancialmente, de antecipações de impostos realizadas pela Tupy Overseas S.A. e Tupy Materials & Components B.V., nos montantes de R\$ 20,4 milhões e R\$ 17,8 milhões respectivamente.

	dez/24			dez/23		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Controladora	57.118	27.485	84.603	4.933	29.472	34.405
Imposto de renda	57.118	11.490	68.608	4.933	20.175	25.108
Contribuição social	-	15.995	15.995	-	9.297	9.297
Controladas	112.839	15.920	128.759	69.338	21.650	90.988
Imposto de renda	112.052	15.920	127.972	69.338	21.650	90.988
Consolidado	169.957	43.405	213.362	74.271	51.122	125.393

vii. Imobilizado

Consolidado							
	dez/23	Adição	Baixa	Impairment	Deprec./Amort.	V.Cambial	dez/24
Ativo imobilizado	2.792.713	457.651	(30.861)	(219.614)	(365.123)	305.985	2.940.751
Máquinas, instalações e equipamentos	1.199.295	438.264	(28.115)	(219.614)	(275.152)	135.084	1.249.762
Edificações	556.074	69.804	(409)	-	(45.316)	58.671	638.824
Terrenos	339.935	9.536	-	-	-	20.822	370.293
Veículos	19.796	6.219	(359)	-	(3.594)	326	22.388
Móveis, utensílios e outros	26.777	7.507	(325)	-	(8.152)	1.460	27.267
Depreciação Direito Uso Bens	68.293	13.599	(1.653)	-	(32.909)	6.856	54.186
Imobilizações em andamento	582.543	(87.278)	-	-	-	82.766	578.031

Em 2024, o imobilizado apresentou aumento líquido de 5,3% , sendo as principais variações:

- Adições - Imobilizações em andamento contemplam vários investimentos na sustentação da capacidade, meio ambiente, segurança do trabalho, projetos de ampliação da capacidade de usinagem nas plantas mexicanas e desenvolvimento de projetos estratégicos.
- Variação cambial - Desvalorização do Real frente ao Dólar norte americano que passou de R\$ 4,8413 em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 6,1923 em 31 de dezembro de 2024.
- Impairment - Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia revisou indicadores de recuperabilidade de seus ativos e identificou a necessidade de realização de teste para uma das plantas localizadas no México. Com o aumento da capacidade produtiva global da Companhia, após recentes aquisições, estudos foram realizados para a realocação de produtos e a descontinuação de ativos menos eficientes.

Neste contexto, a planta localizada no México, em Saltillo, foi identificada a ter produtos realocados e sua capacidade de operação, a partir de 2025, será reduzida, passando a operar com capacidade ociosa. Ato contínuo, a Companhia realizou teste de *impairment* para avaliar a capacidade de realização de seus ativos fixos, na nova configuração de utilização da capacidade, tendo como resultado identificado ajuste da ordem de R\$ 219,6 milhões. A unidade geradora de caixa (UGC) testada corresponde à planta industrial de Saltillo, que integra o segmento de componentes estruturais da Companhia. A UGC abrange todos os ativos operacionais da planta, incluindo máquinas e equipamentos, edificações, móveis e utensílios, veículos e terrenos. Não houve alterações na composição da UGC em relação aos testes de *impairment* anteriores e a alocação dos fluxos de caixa reflete exclusivamente os ativos utilizados na produção da unidade. A metodologia para mensuração do valor recuperável foi determinada pelo valor em uso, exceto para o valor do terreno, o qual foi determinado pelo valor de venda, líquido de despesas. O valor em uso foi determinado com base na projeção de fluxos de caixa para 10 anos, considerando o histórico da Companhia na região e a longevidade dos contratos firmados com clientes da unidade de Saltillo. A escolha do período superior a cinco anos baseia-se na experiência da Companhia em operações similares e na existência de contratos de fornecimento de longo prazo, que garantem a continuidade da geração de caixa na unidade. Além disso, análises de mercado indicam perspectiva de demanda estável para os produtos fabricados na planta, o fluxo foi projetado na moeda funcional da subsidiária, que é o dólar norte americano, com base em volumes estimados de vendas e o resultado foi trazido a valor presente utilizando a taxa de desconto de 6,52% (WACC real da Companhia). O resultado do ajuste foi da ordem de US\$ 36,0 milhões, que convertidos para a moeda de apresentação, Real, pela taxa média do mês de dezembro de R\$ 6,097, significou R\$ 219,6 milhões e foi reconhecido na demonstração do resultado do exercício de 2024, dentro da linha "Outras despesas operacionais", conforme previsto no CPC 01 (R1), item 60. Como os ativos afetados não estavam registrados pelo modelo de reavaliação, a perda foi integralmente reconhecida no resultado, sem impacto direto na reserva de reavaliação patrimonial. A perda por desvalorização reconhecida não poderá ser revertida para os ativos de *goodwill* e intangíveis de vida útil indefinida, conforme CPC 01 (R1), item 124. Para os demais ativos, a Companhia realizará avaliações periódicas para verificar se as condições de mercado ou operacionais justificam uma eventual reversão da perda, conforme previsto nos itens 117 a 121 da norma. No momento, não há indicadores concretos de que o valor recuperável dos ativos da planta de Saltillo possa aumentar no curto prazo. Os ativos objeto do ajuste compõem o investimento da Controladora na subsidiária impactada, o qual está protegido para efeitos de variação cambial, tendo como instrumentos as operações de adiantamento de contrato de câmbio e contratos de pré-pagamento de exportação. Considerando que

os instrumentos de proteção são de valores inferiores ao investimento protegido, mesmo após a redução pelo *impairment*, nenhum ajuste neste instrumento deverá ser reconhecido.

viii. Intangível

O saldo de intangível em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 137,5 milhões frente R\$ 157,1 milhões de 31 de dezembro de 2023 e composto por licenças de *Software*, *ágio (goodwill)* e a marca MWM. Como resultado do teste de recuperabilidade, alinhado com as premissas que resultaram na provisão de *impairment* do ativo imobilizado constituída na Tupy México Saltillo S.A., a Companhia reverteu *ágio (goodwill)* no montante de R\$ 30,5 milhões que havia sido reconhecido por ocasião da combinação de negócios ocorrida em 16 de abril de 2012. O saldo remanescente de R\$ 10,7 milhões é atribuído à Technocast S.A., de C.V, para a qual não foi identificada necessidade de ajuste.

O quadro abaixo demonstra as principais contas do passivo e patrimônio líquido da Companhia, bem como as respectivas variações:

PASSIVO (Em R\$ mil)	Exercício social findo em				
	2024	AV	Variação	2023	AV
Circulante					
Fornecedores	1.482.620	12,9%	7,8%	1.375.774	13,4%
Obrigações de combinação de negócios	34.311	0,3%	-79,0%	163.644	1,6%
Financiamentos e empréstimos	558.558	4,9%	-10,2%	621.838	6,0%
Debêntures	79.565	0,7%	93,6%	41.095	0,4%
Instrumentos financeiros derivativos	22.073	0,2%	65,4%	13.344	0,1%
Tributos a pagar	114.298	1,0%	3,2%	110.802	1,1%
Salários, encargos sociais e participações	366.056	3,2%	-3,4%	379.107	3,7%
Adiantamentos de clientes	316.654	2,8%	27,6%	248.258	2,4%
Dividendos e juros sobre capital próprio	190.263	1,7%	102,0%	94.189	0,9%
Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas	65.603	0,6%	349,4%	14.598	0,1%
Títulos a pagar e outros	160.938	1,4%	-12,6%	184.141	1,8%
	3.390.939	29,5%	4,4%	3.246.790	31,6%
Não Circulante					
Financiamentos e empréstimos	2.639.497	22,9%	23,7%	2.133.325	20,7%
Debêntures	1.492.692	13,0%	50,1%	994.423	9,7%
Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas	326.586	2,8%	-19,5%	405.825	3,9%
Obrigações de combinação de negócios	19.384	0,2%	-63,5%	53.076	0,5%
Obrigações de benefícios de aposentadoria	101.929	0,9%	-2,5%	104.571	1,0%
Outros passivos de longo prazo	40.489	0,4%	114,3%	18.893	0,2%
	4.620.577	40,1%	24,5%	3.710.113	36,1%
Patrimônio Líquido					
Capital social	1.433.652	12,5%	21,7%	1.177.603	11,4%
Gastos com emissão de ações	(6.541)	-0,1%	0,0%	(6.541)	-0,1%
Remuneração baseada em ações	13.972	0,1%	25,0%	11.177	0,1%
(-) Ações em tesouraria	(141.916)	-1,2%	3829,0%	(3.612)	0,0%
Ajuste de avaliação patrimonial	1.123.113	9,8%	57,7%	711.974	6,9%
Reservas de lucros	1.069.300	9,3%	-25,4%	1.433.652	13,9%
Participação não controladores	7.767	0,1%	116,4%	3.589	0,0%
	3.499.347	30,4%	5,2%	3.327.842	32,4%
	11.510.863	100,0%	11,9%	10.284.745	100,0%

i. Fornecedores

O saldo de fornecedores passou de R\$ 1.375,8 milhões em 2023 para R\$1.482,6 milhões no exercício atual.

<i>Exercício social findo em</i>			
	dez/24	Variação	dez/23
Mercado interno	747.223	4,3%	716.451
Mercado externo	562.232	21,9%	461.247
Subtotal	1.309.455	11,2%	1.177.698
Operações de risco sacado	173.165	-12,6%	198.076
Total	1.482.620	7,8%	1.375.774

As variações ocorridas no período refletem a inflação de materiais acumulada no período e, principalmente, a desvalorização do Real frente ao Dólar norte americano que passou de R\$ 4,8413 em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 6,1923 em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia possui contratos firmados com as instituições financeiras para estruturar, com os seus principais fornecedores, operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para as instituições financeiras, que, por sua vez, se tornam credores da operação. Considerando que não há encargos financeiros, garantia concedida, que os prazos não alteram significativamente e tratar-se de operações de suprimento de bens e serviços, a Companhia reconhece os respectivos passivos financeiros oriundos destas transações na rubrica de Fornecedores.

ii. Financiamentos e Empréstimos (PC e PNC)

As principais variações ocorridas durante o exercício de 2024, foram (i) captações no montante de R\$ 850,5 milhões; (ii) pagamento de financiamentos e empréstimos de R\$ 1.102,5 milhões.

<i>(Em R\$ mil)</i> <i>Exercício social findo em</i>				
	2024	Variação	2023	Variação
<i>Senior Unsecured Notes - US\$375.000</i>	2.346.908	28,0%	1.833.352	-7,1%
Nota de Crédito a Exportação - NCE	-	-100,0%	340.814	-20,4%
Financiadora de estudos e projetos – FINEP	65.782	0,0%	37.678	0,0%
Arrendamentos Direito Uso de Ativos	56.734	-19,5%	70.434	82,5%
Finame (PSI)	36	-95,1%	737	-70,2%
Adiantamento de contrato de câmbio - ACC	423.813	0,0%	378.285	0,0%
BNDES - Exim	304.782	0,0%	93.863	0,0%
Financiamento e empréstimos	3.198.055	16,1%	2.755.163	11,0%

iii. Debêntures (PC + PNC)

<i>(Em R\$ mil)</i> <i>Exercício social findo em</i>			
	2024	Variação	2023
Curto prazo	79.565	93,6%	41.095
Longo prazo	1.492.692	50,1%	994.423
Debêntures	1.572.257	51,8%	1.035.518

Em 17 de julho de 2024 a Companhia concluiu a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 3 (três) séries.

- Série 1 - R\$ 789,8 milhões possui vencimento em parcela única em julho de 2029, com juros semestrais de CDI mais 0,87% ao ano e amortização no vencimento.
- Série 2 - R\$ 360,2 milhões possui vencimento em duas parcelas de igual valor em julho de 2030 e julho de 2031, com juros semestrais de CDI mais 1,00% ao ano.
- Série 3 - R\$ 350,0 milhões possui vencimento em três parcelas de igual valor em julho de 2032, julho de 2033 e julho de 2034 com juros semestrais de CDI mais 1,18% ao ano.

Os custos de emissão no montante de R\$ 7,8 milhões têm seu reconhecimento diferido ao longo desta operação.

Com o recurso líquido captado por meio dessa Oferta Restrita a Companhia procedeu o resgate antecipado das debentures da 4ª emissão no montante de R\$ 1,0 bilhão. O montante captado, superior ao da 4ª emissão, foi destinado à liquidação antecipada de outras dívidas em julho de 2024.

As debêntures são da espécie quirografária, não contando com garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Emissora em particular, não oferecendo privilégio algum sobre o ativo da Emissora para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão, e não conferirão qualquer privilégio especial ou geral aos Debenturistas, ou seja, sem qualquer preferência, concorrendo os Debenturistas em igualdade de condições com os demais credores quirografários, em caso de falência da Emissora.

As debêntures possuem *covenants*, com medição anual, tendo como principal indicador financeiro a Dívida Líquida/EBITDA Ajustado. A Companhia, em 31 de dezembro de 2024, atende a todos os critérios estabelecidos. Em caso de descumprimento poderia resultar no impedimento de: (i) efetuar novas captações de empréstimos e financiamentos; (ii) distribuir dividendos superiores ao mínimo legal; (iii) realizar investimentos não relacionados a manutenção das atividades produtivas; e (iv) recomprar ações emitidas pela Companhia.

Adicionalmente, são aplicáveis *covenants* não financeiros, sendo a principal medida não financeira que poderia resultar no vencimento antecipado da Emissão seria a mudança de controle da Companhia que reduza a classificação externa de risco (*rating*).

iv. Obrigações de combinação de negócios (PC + PNC)

A aquisição da MWM Tupy do Brasil Ltda (“MWM”) gerou contas a pagar para a controladora anterior, Navistar International Corporation, conforme segue:

(Em R\$ mil)	Exercício social findo em		
	2024	Variação	2023
Caixa e equivalentes de caixa	-	-100,0%	73.290
Impostos a recuperar	40.946	-59,2%	100.345
Imposto de renda diferido	80.450	0,0%	119.161
Ajuste capital de giro	-	-100,0%	890
Ressarcimento CSLL	(67.701)	-12,0%	(76.966)
Obrigações combinação negócios	53.695	-75,2%	216.720
Parcela circulante	34.311	-79,0%	163.644
Parcela não circulante	19.384	-63,5%	53.076
	53.695	-75,2%	216.720

- Caixa e equivalentes de caixa: valores assumidos na data da transação com compromisso de devolução para o controlador anterior, sem atualização monetária. No dia 29 de setembro de 2023, mediante acordo parcial entre as partes, R\$ 169,8 milhões foram devolvidos. Em 31 de janeiro de 2024 o acordo definitivo foi firmado entre as partes e o saldo remanescente de R\$ 73,3 milhões foi pago em 1º de fevereiro de 2024.
- Impostos a recuperar: são créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS na base de cálculo, para os quais, à medida que forem realizados pela MWM, serão pagos pela Tupy S.A. ao controlador anterior, líquido dos impactos tributários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 houve o pagamento de R\$ 59,4 milhões.
- Imposto de renda diferido: são créditos de imposto de renda sobre prejuízos fiscais para os quais, à medida que forem realizados pela MWM, serão pagos pela Tupy S.A. ao controlador anterior. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 houve o pagamento de R\$ 38,7 milhões.
- Ajuste de capital de giro: corresponde a variação encontrada entre o capital de giro presente na data do fechamento, 31 de julho de 2021 e a data do *closing* representando a melhor expectativa disponível. Após avaliação entre as partes, em comum acordo, o ajuste foi reduzido para R\$ 0,9 milhão, liquidado a favor da vendedora em 1º de fevereiro de 2024.
- Ressarcimento dívida CSLL: corresponde à potencial contingência de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, em função da não tributação das receitas de exportação da MWM no período de 01 de janeiro de 2018 a 30 de novembro de 2022. Parte da contingência, no montante de R\$ 46,9 milhões se converteu em dívida da MWM, sendo de inteira responsabilidade da vendedora Navistar International Corporation, que reembolsará a Tupy S.A. pelo valor total desembolsado pela MWM, em conformidade com as condições previstas no instrumento contratual firmado entre as partes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a vendedora reembolsou R\$ 9,3 milhões da dívida.

v. Adiantamento de clientes

(Em R\$ mil)	Exercício social findo em		
	2024	Variação	2023
Ferramentais	231.447	55,8%	148.556
Capital de Giro	85.207	-14,5%	99.702
Adiantamento de clientes	316.654	27,6%	248.258

Referem-se a adiantamentos de recursos para a construção de ferramentais de clientes que serão utilizados no processo produtivo e por adiantamento de capital de giro do contrato de manufatura de motores da subsidiária MWM Tupy do Brasil Ltda.

vi. Dividendos e juros sobre capital próprio

Durante o exercício de 2024, foram destinados a título de juros sobre capital próprio e dividendos propostos o montante de R\$ 190,0 milhões, que foram liquidados em 15 de janeiro de 2025.

vii. Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas (PC e PNC)

O saldo de provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas apresentou durante o ano de 2024 movimentação líquida de R\$ 28,2 milhões, dos quais se destacam:

- Contingências trabalhistas foram adicionadas de R\$ 56,4 milhões e reduzidas por pagamento de R\$ 74,9 milhões

Consolidado						
	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Previdenciárias	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	78.530	244.358	119.044	9.103	(30.612)	420.423
Adições	6.186	5.180	32.765	(104)	(8.262)	35.765
Atualização	5.208	10.830	23.603	4.362	-	44.003
Reversão	(2.129)	-	-	-	-	(2.129)
Remuneração	-	-	-	-	(271)	(271)
Pagamentos	(1.494)	(39.213)	(74.943)	(22)	-	(115.672)
Resgates	-	-	-	-	10.070	10.070
Saldo em 31 de dezembro de 2024	86.301	221.155	100.469	13.339	(29.075)	392.189
Parcela circulante						65.603
Parcela não circulante						326.586
						392.189

As contingências passivas cujas perspectivas de perda são consideradas possíveis, nos termos da avaliação da Administração em conjunto com os assessores jurídicos externos da Companhia, são descritas no quadro demonstrativo a seguir:

	Consolidado	
	dez/24	dez/23
Processos de IRPJ e CSLL	97.279	79.510
Créditos de PIS, COFINS e IPI	177.095	163.828
Créditos de ICMS	536.559	525.726
Débitos fiscais prescritos	178.012	147.690
Créditos reintegra	45.581	41.552
Processos de natureza previdenciária	141.431	127.554
Processos de natureza trabalhista	180.705	164.450
Processos de natureza cível e outros	18.015	17.137
	1.374.677	1.267.447

As contingências possíveis de natureza tributária e cíveis da adquirida MWM, em montante estimado de R\$ 455,2 milhões não estão sendo reportadas no quadro acima considerando que a obrigação da Companhia está limitada a R\$ 68,6 milhões. Referido valor foi reconhecido na Controladora e na hipótese de materialização das contingências na MWM Tupy do Brasil Ltda. (montante acima), referido passivo será restituído pela controladora anterior da MWM, nos termos do contrato de compra e venda firmado entre a Tupy S.A. e NAVISTAR.

As contingências divulgadas entre os exercícios de 2024 e 2023 são substancialmente as mesmas e as novas ações não são relevantes, onde as variações decorreram de atualização monetária, principalmente, pela taxa SELIC.

viii. Obrigações de benefícios de aposentadoria

O acréscimo observado no período decorre principalmente da atualização atuarial.

(Em R\$ mil)	Exercício social findo em		
	2024	Variação	2023
Benefícios de planos previdenciários			
Planos de pensão	12.186	-27,1%	16.724
Outros benefícios a empregados			
Benefícios pós emprego	18.824	-6,8%	20.208
Prêmio por antiguidade	34.345	15,1%	29.832
Indenização legal	36.574	-3,3%	37.807
Obrigações de benefícios de aposentadoria	101.929	-2,5%	104.571

Análise dos fluxos de caixa

Análise comparativa dos fluxos de caixa dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

O quadro abaixo apresenta as demonstrações do fluxo de caixa consolidado, bem como as respectivas variações, nos períodos abaixo indicados:

(Em R\$ mil)	Exercício social findo em		
RESUMO DO FLUXO DE CAIXA	2024	Variação	2023
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.593.098	5,5%	1.509.829
Caixa oriundo das atividades operacionais	1.353.491	63,2%	829.125
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(640.086)	-12,9%	(735.209)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(151.687)	-415,1%	48.134
Efeito cambial no caixa do exercício	221.387	-476,6%	(58.781)
Aumento da disponibilidade de caixa	783.105	840,5%	83.269
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.376.203		1.593.098

i. Atividades operacionais

A Companhia gerou em 2024 R\$ 1.353,5 milhões de caixa a partir das atividades operacionais, frente a R\$ 829,1 milhões em 2023, crescimento de 63%. A variação é decorrente, principalmente, de iniciativas de gestão de eficiência, do incremento da geração proveniente das operações da MWM e da apreciação do dólar ante o real (câmbio médio de R\$ 5,39 em 2024 vs. R\$ 4,99 em 2023).

ii. Atividades de investimentos

Às atividades de investimentos foram aplicados R\$ 640,1 milhões, voltados a novos projetos, ganhos de eficiência, sistemas de informação, segurança e meio ambiente, bem como às atividades de manutenção e sustentação dos negócios.

iii. Atividades de financiamentos

Em relação às atividades de financiamento, verificou-se consumo de R\$ 151,7 milhões vs. geração de R\$ 48,1 milhões no ano anterior. A variação é decorrente das recompras de ações e distribuição de proventos, além do movimento de captações e amortizações do período.

2.2. Os diretores devem comentar:

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas da Companhia decorrem de:

Componentes estruturais, contratos de manufatura, energia e descarbonização – Fabricação, sob encomenda, de produtos fundidos e usinados, com elevado conteúdo tecnológico e serviços agregados, para fabricantes mundiais de motores utilizados em

automóveis de passeio, veículos comerciais, máquinas de construção, tratores, máquinas agrícolas, geradores de energia, bens de capital em geral e montagem de motores para terceiros. Esse segmento representou 92,5% do total das receitas da Companhia no exercício de 2024.

Com o intuito de refletir o novo perfil da Companhia, as aquisições recentes e oportunidades de novos negócios, a partir de 2023 foram realizadas alterações na apresentação gerencial da Receita Líquida, sendo o segmento acima desmembrado em (i) “**Componentes Estruturais e Contratos de Manufatura**” e (ii) “**Energia & Descarbo-nização**”.

Distribuição – Distribuição de peças de reposição de fabricação própria e de terceiros, conexões de ferro maleável para a indústria da construção e perfis de ferro fundido para uso diversificado.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Análise comparativa entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, as receitas reduziram 6,2%, sendo 12,6% de aumento no mercado interno e, 15,3% de redução do mercado externo, quando comparadas ao ano anterior. As receitas totalizaram R\$ 10,67 bilhões em 2024, queda de 6% em relação a 2023. A depreciação do Real e o crescimento de 17% das receitas oriundas da MWM mitigaram o efeito da queda de aproximadamente 20% do volume físico de vendas.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

(Em R\$ mil)				
	2024		2023	
	Volumes	Receitas	Volumes	Receitas
Mercado interno	158.431	4.165.740	168.916	3.698.292
Transporte de Carga, Infraestrutura, Agricultura e	147.879	3.566.653	158.851	3.112.799
Distribuição	10.552	599.087	10.065	585.493
Mercado externo	366.833	6.499.370	463.322	7.669.898
Transporte de Carga, Infraestrutura, Agricultura e	360.022	6.298.631	451.497	7.437.959
Distribuição	6.811	200.739	11.825	231.939
	525.264	10.665.110	632.238	11.368.190

Considerando as variações de volumes e receitas apresentados acima, verificamos:

Mercado interno:

- Diminuição de 6,2% de volume em 2024 frente ao exercício de 2023
- Nas receitas, o aumento apresentado em 2024 foi de 12,64% quando comparado ao exercício anterior.

Mercado externo:

- Em relação ao desempenho dos volumes vendidos para o mercado externo, observou-se diminuição de 20,8% em 2024 frente a 2023.
- Para as receitas do mercado externo em 2024 houve redução de 15,3% quando comparadas as receitas de 2023.

A tabela a seguir demonstra as variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio e alterações de volumes nos períodos abaixo indicados:

Variações entre os exercícios		
(Em R\$ mil)		sociais findos em
Variações da receita operacional	2024 x 2023	2023 x 2022
Mercado interno		
Combinação de negócios	-	-
Efeito volumes vendidos	(105.373)	(736.764)
Efeito preços	572.821	1.606.916
	467.448	870.152
Mercado externo		
Combinação de negócios	-	-
Efeito volumes vendidos	(1.630.847)	(211.579)
Efeito preços	81.167	789.036
Efeito da taxa de câmbio	379.152	(257.835)
	(1.170.528)	319.622
Total	(703.080)	1.189.774

As variações que trouxeram maiores impactos foram:

Mercado Interno:

- No exercício de 2024 observou-se que os níveis de volume do segmento componentes estruturais, manufatura, energia e descarbonização apresentaram redução de 6,9% quando comparado a 2023.
- No segmento de distribuição o incremento de volume vendido no exercício de 2024 quando comparado a 2023 foi de 4,8%.
- As variações positivas apresentadas nas receitas foram superiores aos aumentos de volume, dado que Companhia conseguiu reajustar seus preços mediante repasse de inflação de custos.

Mercado Externo:

- Redução no volume de vendas nos segmentos de componentes estruturais, manufatura, energia e descarbonização de 20,3%. No segmento distribuição, houve redução de 42,4%.

- Aumento de preço pelo repasse dos custos resultou na variação de receitas superiores ao volume, sendo 9,5% para os produtos de transporte, infraestrutura, agricultura e geração de energia e % para o segmento de distribuição.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

As principais variações do resultado operacional da Companhia atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação de materiais e alterações de volumes em 2024 frente a 2023, foram:

- Impacto da inflação de materiais e mão de obra; e,
- Impacto da taxa de câmbio, favorável em 2023 e desfavorável em 2024;
- Impactos de Mix e de diluição de custos.

A tabela abaixo demonstra as principais variações no resultado financeiro da Companhia atribuíveis a variações do câmbio, monetárias, de taxas de juros e outras, para os períodos abaixo indicados.

(Em R\$ mil)		Exercício social findo em	
Resultado financeiro	2024	Variação	2023
Passivos financeiros ao custo amortizado	(387.681)	32,7%	(292.226)
Empréstimos	(387.271)	32,6%	(292.020)
Títulos a pagar e outros passivos financeiros	(410)	99,0%	(206)
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado	34.752	-272,0%	(20.208)
Empréstimos	(81.085)	1374,8%	(5.498)
Operação de swap	115.837	-887,5%	(14.710)
Outras despesas financeiras	(48.012)	73,7%	(27.641)
Total das despesas financeiras	(400.941)	17,9%	(340.075)
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	(554)		238
Investimentos em instrumentos patrimoniais	(554)	-332,8%	238
Ativos financeiros ao custo amortizado	140.178	44,3%	97.156
Caixa e equivalentes de caixa	140.178	44,3%	97.156
Créditos tributários e outras receitas financeiras	12.443	16,2%	10.710
Total das receitas financeiras	152.067	40,7%	108.104
Variações monetárias e cambiais, líquidas			
Variações monetárias e cambiais	126.805	-224,8%	(101.582)
Resultado com operações de Hedge	(178.470)	-524,3%	42.058
Variações cambiais, líquidas	(51.665)	-13,2%	(59.524)
Resultado financeiro, líquido	(300.539)	3,1%	(291.495)

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2024 consistiu em despesa de R\$ 300,5 milhões e de R\$ 291,5 milhões em 2023.

O aumento das despesas financeiras ao longo do ano passado deve-se, principalmente, ao (i) aumento das captações realizadas no período, com consequente incremento de juros, e (ii) depreciação do Real ante o Dólar, com impacto na provisão de juros das dívidas em moeda estrangeira.

As receitas financeiras do período cresceram 41% na comparação com o ano anterior, atingindo R\$ 152,1 milhões. O crescimento é decorrente do aumento da posição de caixa, oriundo de captações e geração operacional, mitigando o efeito da redução média dos juros (CDI) que remuneram as aplicações financeiras.

As despesas com variações monetárias e cambiais líquidas, no valor de R\$ 51,7 milhões, são decorrentes de (i) variações positivas nas contas do balanço patrimonial em moeda estrangeira, no valor de R\$ 126,8 milhões, e (ii) resultado de operações de hedge, correspondente à despesas de R\$ 178,5 milhões, sendo R\$ 31,0 milhões oriundos de marcação a mercado e R\$ 147,5 milhões proveniente das operações liquidadas.

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia com impactos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2 acima.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas no relatório do auditor independente em relação às demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A Diretoria da Companhia concorda com o conteúdo e opinião do parecer dos auditores independentes referentes as respectivas demonstrações financeiras.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não ocorreram eventos ou operações de constituição, aquisição ou alienação de participação societária durante o exercício social de 2024.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis; b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas; c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

	Exercício social findo em	
Cálculo do EBITDA Ajustado (Em R\$ mil)	2024	2023
Lucro líquido do exercício	82.440	517.013
(+) Resultado Financeiro Líquido	300.539	291.495
(+) Depreciações, Amortizações e <i>Impairment</i>	176.688	21.127
(+) Depreciações, Amortizações e <i>Impairment</i>	637.224	366.540
EBITDA (segundo a metodologia da Instrução CVM 527/12)	1.196.891	1.196.175
Margem EBITDA - % (1)	11,2%	10,5%
Outras despesas operacionais, líquidas	97.008	68.704
EBITDA Ajustado	1.293.899	1.264.879
Margem EBITDA Ajustado - % (1)	12,1%	11,1%

O EBITDA é o lucro líquido adicionado do resultado financeiro líquido, do imposto sobre a renda e contribuição social e das depreciações e amortizações.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, em razão de não serem consideradas para o seu cálculo despesas e receitas com juros (financeiras), imposto sobre a renda e contribuição social, depreciação e amortização. Cabe ressaltar que tal indicador tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, ou da receita operacional, como um indicador do desempenho operacional, ou alternativo aos fluxos de caixa operacionais, como medida de liquidez ou capacidade de pagamento da dívida da Companhia. A Companhia utiliza como base de divulgação do EBITDA a Resolução CVM 156,

de 23 de junho de 2022, que dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil.

O EBITDA não deve ser considerado como recursos disponíveis para dividendos. Assim, o EBITDA apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da rentabilidade da Companhia. O EBITDA pode não ser comparável com o de outras empresas que atuam no mesmo setor ou em setores diferentes. Entretanto, a Companhia acredita que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

O EBITDA Ajustado é o lucro líquido adicionado do resultado financeiro líquido, do imposto sobre a renda e contribuição social, das depreciações, amortizações e *impairment* de ativo imobilizado e diferido ajustado pela adição das outras despesas ou redução das outras receitas operacionais líquidas. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

O EBITDA Ajustado não possui significado padronizado e a definição da Companhia de EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquela utilizada por outras sociedades. A Companhia acredita que o EBITDA Ajustado funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Entretanto, cabe ressaltar que, uma vez que o EBITDA Ajustado não considera certos custos intrínsecos aos negócios da Companhia, que poderia, por sua vez, afetar significativamente os seus lucros, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA Ajustado apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador financeiro da Companhia.

Endividamento Líquido (1) (Em R\$ mil)	Exercício social findo em	
	2024	2023
Financiamento e empréstimos		
Moeda nacional	92.643	233.113
Moeda estrangeira	545.480	429.820
Total do circulante	638.123	662.933
Financiamento e empréstimos		
Moeda nacional	1.562.853	1.207.342
Moeda estrangeira	2.569.336	1.920.406
Total do não circulante	4.132.189	3.127.748
Instrumentos financeiros derivativos a pagar		
Circulante	22.073	13.344
Total dos instrumentos financeiros derivativos a pagar	22.073	13.344
Total do endividamento bancário	4.792.385	3.804.025
(-) Caixa e equivalentes de caixa	2.376.203	1.593.098
(-) Instrumentos financeiros derivativos a receber	73.825	10.874
Total Endividamento Líquido	2.342.357	2.200.053
Moeda nacional	35,0%	38,2%
Moeda estrangeira	65,0%	61,8%
Total do circulante	13,78%	17,78%
Total do não circulante	86,22%	82,22%

Endividamento Líquido representa a totalidade dos financiamentos e empréstimos (inclusos os arrendamentos de direito de uso de ativos e títulos de dívida no mercado de capitais), debêntures e derivativos passivos de curto e longo prazo deduzidos do total de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e derivativos ativos de curto e longo prazo. O Endividamento Líquido não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como um indicador do desempenho operacional, ou alternativo aos fluxos de caixa da Companhia, como medida de liquidez ou capacidade de pagamento da dívida da Companhia. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da Companhia. A Companhia acredita que o Endividamento Líquido funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da Companhia.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho de Administração

da Companhia e divulgadas em 27 de março de 2024. Não houve eventos subsequentes às demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

Nos termos do art. 50, (c), do estatuto social da Companhia, após as deduções previstas no art. 202 da Lei 6.404/76 do lucro líquido são deduzidos:

(i) 5% para Reserva Legal (observada a limitação legal); e

(ii) Reserva para investimentos, é constituída em montante não inferior a 5% do lucro líquido até o limite de 50% do capital social, apurado em cada exercício social e o saldo, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá exceder o valor do capital social, destinada a investimentos de expansão e ao fortalecimento de capital de giro.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Após as deduções referidas no item (a) acima, 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei das S.A., para distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

O Conselho de Administração tem a faculdade de determinar a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, à conta de reservas de lucros ou de lucro apurado em eventual balanço intermediário levantado pela Administração da Companhia para estes fins.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

O pagamento de dividendos pela Companhia está restrito a certos *covenants* relacionados à alavancagem (relação dívida líquida/ EBITDA Ajustado), os quais são decorrentes da emissão de *Senior Unsecured Notes* emitidas em fevereiro 2021 e da 5ª emissão das debentures emitidas em julho de 2024.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma política de destinação de resultados por meio da qual o Conselho de Administração estabelece diretrizes que deverão suportar a proposta de distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio. A Administração define o montante de dividendos, considerando oportunidades de projetos estratégicos e condições financeiras que impactem a demanda por disponibilidade de caixa. Tais mecanismos são considerados suficientes pela Administração para atribuir a destinação adequada dos resultados

A referida política foi aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de junho de 2024 e está disponível para consulta no website da Companhia (<https://ri.tupy.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigo-e-politicas/>).

Tabela demonstrativa das bases utilizadas para distribuição de dividendos de 2024:

	dez/24	dez/23
Base de cálculo dos dividendos		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Tupy	79.514	508.140
Constituição de reserva legal (5%)	(3.975)	(25.407)
	75.539	482.733
Proposta de distribuição (*)		
Juros sobre o capital próprio bruto	190.000	116.013
Dividendos	-	22.071
	190.000	138.084
(*) Para ações em circulação na data do balanço.		
Ordinárias		
Valores unitários por ação	dez/24	dez/23
Juros sobre o capital próprio bruto	1,39228	0,80465
Dividendos	-	0,15308
Total proposto para distribuição	1,39228	0,95773

Tabela demonstrativa da deliberação e pagamento dos dividendos de 2024:

Data da deliberação	Forma	Valor Bruto	Valor por ação	Valor líquido	Data de pagamento
04.12.24	JSCP	190.000	1,39228	176.612	15.01.25
		190.000		176.612	

O saldo a pagar de R\$ 190,3 milhões, demonstrado no passivo circulante a título de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio, contempla a parcela relativa ao dividendo de R\$ 190,0 milhões com datas de pagamento em 15 de janeiro 2025 e saldos de parcelas anteriores.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos; ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iii. contratos de construção não terminada; iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há qualquer transação tal como indicada no enunciado que não se encontre contabilizada no balanço da Companhia, exceto por: a controlada Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. - Sofunge (em liquidação) possui prejuízos fiscais de R\$ 4,4 milhões em 31 de dezembro de 2024 e bases negativas da contribuição social de R\$ 43,0 milhões em 31 de dezembro de 2024. Os referidos créditos tributários correspondentes não estão reconhecidos e a Administração está buscando formas de realização do saldo remanescente.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor; b. natureza e o propósito da operação; c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não existem itens não registrados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em Andamento:

O total de adições ao imobilizado e intangível em 2024 totalizou R\$ 469,1 milhões, 23,2% inferior ao realizado no exercício de 2023.

(Em R\$ mil)

Adições no ativo imobilizado	2024	Varição	2023
Ativo imobilizado			
Investimentos estratégicos (em expansão)	195.242	-17,9%	237.936
Sustentação e modernização da capacidade operacional	200.294	-32,1%	295.153
Meio Ambiente	30.812	-24,6%	40.857
Juros e encargos financeiros	17.704	40,9%	12.563
	444.052	-24,3%	586.509
Ativo intangível			
Investimentos estratégicos (em expansão)	25.025	4,6%	23.924
	469.077	-23,2%	610.433

A Companhia realizou transações que não impactaram o caixa, provenientes de atividades de investimento e, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa. Os montantes destas transações somaram R\$ 29,8 milhões em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia possui compromissos para aquisição de ativos de longa duração relacionados ao seu processo produtivo, contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos, no montante consolidado de R\$ 140,9 milhões, os quais serão liquidados com recursos próprios.

Previstos:

O orçamento de investimentos da Companhia para o ano de 2025 é de R\$ 464,0 milhões, conforme detalhado no quadro a seguir.

(Em R\$ mil)

Adições no ativo imobilizado	2025
Ativo imobilizado	
Em expansão	166.300
Sustentação e modernização da capacidade operacional	242.600
Meio Ambiente	34.200
Ativo intangível	
Software	20.900
	464.000

Dentre os investimentos previstos no quadro anterior, a Companhia destaca:

- **Expansão** – vários projetos de fundição e em usinagem, nas plantas da Companhia.
- **Sustentação e modernização da capacidade operacional** – investimentos em renovação de máquinas e equipamentos, segurança do trabalho e infraestrutura.

- **Meio ambiente** – investimentos no aterro industrial da planta de Joinville, em controle da qualidade do ar e sistema de exaustão abrangendo todas as unidades da Companhia.
- **Software** – Melhorias em sistemas de TI.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de recursos consideradas no orçamento financeiro da Companhia para 2025 são próprias.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não houve aquisições de plantas ou de equipamentos que impactaram materialmente a capacidade produtiva da Companhia em 2024.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii. projetos em desenvolvimento já divulgados; iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não aplicável.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional ademais aos citados anteriormente.

ANEXO II - Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, Relatório dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário

Prezado acionista,

Tais documentos encontram-se à disposição, nas versões integrais nos seguintes websites: B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), CVM (www.cvm.gov.br) e Companhia (www.tupy.com.br/ri).

ANEXO III - Proposta de Destinação do Resultado do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024

(Anexo A da RCVN 81/22)

1. Informar o lucro líquido do exercício

Lucro Líquido de R\$ 79.514.400,00.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Montante global - R\$190.000.000,00 – Juros sobre o capital próprio;

Valor unitário por ação ON – R\$1,3922798128.

Data da deliberação	Forma	Valor Bruto	Valor por ação	Valor líquido	Data de pagamento
04.12.24	JSCP	190.000	1,39228	176.612	15.01.25
		190.000		176.612	

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O mínimo obrigatório de 25% é equivalente a R\$ 18.884.575,00 atribuído aos juros sobre o capital próprio, com base em reservas de lucros de exercícios anteriores.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

R\$ 190.000.000,00 sendo R\$ 1,3922798128 por ação, foram distribuídos na forma de juros sobre o capital (JCP) com base em reservas de lucros de exercícios anteriores e, pelo valor líquido do IRRF, foram atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório de 25%.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não se aplica.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não se aplica.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não há.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

(Em R\$ mil)	2024	2023	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	82.440	517.013	502.221	202.912

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

(Em R\$ mil)	2024	2023	2022	2021
Dividendos	-	22.071	65.378	-
Juros sobre capital próprio	190.000	116.013	65.102	62.300

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado a reserva legal

R\$ 3.975.720,00 destinado a reserva legal.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não há.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei 6404/76, para distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim, o dividendo mínimo está sendo (será) pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva**
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**
- c. Explicar por que a perda foi considerada provável**
- d. Justificar a constituição da reserva**

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Art. 50 do Estatuto Social. Para constituição ou manutenção de Reserva Especial, destinada a custear investimentos na expansão ou a fortalecer o capital de giro da Sociedade, atribuir-se-á importância não inferior a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício e não superior a 50% (cinquenta por cento) do capital social, cujo saldo, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o valor do capital social.

b. Identificar o montante destinado à reserva

R\$ 77.722.080,00 foram destinados à reserva para investimentos.

c. Descrever como o montante foi calculado

O lucro líquido, após a destinação para a reserva legal e dividendos, foi retido para a Reserva para Investimentos, conforme disposição do Estatuto Social da Companhia, que prevê a aplicação da respectiva reserva nos projetos de investimentos em expansão.

O saldo destinado à reserva para investimento inclui a parcela de lucro do exercício, após reserva legal, no montante de R\$ 75.538.680,00 mil, adicionado da parcela de realização do ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 2.183.400,00 mil totalizando R\$ 77.722.080,00.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

ANEXO IV - Informações sobre os candidatos indicados para eleição do Conselho de Administração

(itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme RCVM 80/2022)

MEMBROS TITULARES

ANEXO C Conteúdo do Formulário de Referência RCVM 80/2022			
7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:			
a. nome	Paula Regina Goto	Wagner de Sousa Nascimento	Márcio Antônio Chiu-mento
b. data de nascimento	18/03/1978	23/06/1972	08/06/1978
c. profissão	Administradora	Bancário e administrador	Bancário
d. CPF ou número do passaporte	027.939.019-03	797.348.556-20	023.095.919-98
e. cargo eletivo ocupado	Candidata a membro titular do Conselho de Administração	Candidato a membro titular do Conselho de Administração	Candidato a Vice-Presidente do Conselho de Administração
f. data de eleição	AGO de 30/04/2025	AGO de 30/04/2025	AGO de 30/04/2025
g. data da posse	-	-	-
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2027	Até a AGO de 2027	Até a AGO de 2027
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Não	Não	Não
j. se é membro independente	Sim	Sim	Sim
k. data de início do primeiro dos mandatos consecutivos	30/04/2019	28/04/2023	-

l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Paula Goto atua no sistema financeiro há 26 anos, Gerente Geral do Banco do Brasil em diversas Unidades de Negócios. (ii) É Diretora de Planejamento da Previ e sua Gestora Estatutária de Riscos. É também responsável pelas áreas de políticas de investimentos, análise dos riscos financeiros, gestão de fluxo de caixa e de liquidez, planejamento estratégico e tático, Inteligência Analítica, Novos Produtos e Serviços, UX – User Experience, Projetos e Inovação. (i) É presidente do Conselho de Administração da Tupy e membro de seu comitê de Auditoria e Riscos Estatutário. Foi membro do seu comitê de Estratégia, Inovação e Sustentabilidade e coordenadora do comitê de Pessoas e Remuneração. É também presidente do Conselho Fiscal da Fundação Banco do Brasil e membro do Conselho Fiscal das Lojas Renner. Foi presidente do Conselho Fiscal da ANABB-PREV Previdência.	É Conselheiro de Administração na Empresa Je-reissati e Iguatemi S/A desde abril/2021 e foi Coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil S/A e Executivo Responsável pela Negociação Coletiva do BB na Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro de junho/2014 a julho/2019 (i) Membro do Conselho de Administração da Tupy desde abril/2023. Também é Coordenador do Comitê de Pessoas, Cultura e Governança; (ii) Diretor de Seguridade na Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI desde agosto/2020, e foi Conselheiro Deliberativo da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI de Junho/2016 a Agosto/2020	Atualmente, é Membro do Conselho Curador da Fundação Banco do Brasil desde outubro/2024 e Conselheiro de Administração na Neoenergia desde setembro/2024. Foi membro do Comitê de Governança Corporativa da Cielo de maio a agosto/2024. De dezembro/2023 a agosto/2024, atuou como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Ativos S.A. Também foi Presidente do Conselho Deliberativo da BB Previdência de agosto/2023 a agosto/2024. No Banco do Brasil, atuou como Head de Estratégia, Clientes e Inovação de abril/2023 a julho/2024 e como Ouvidor Geral de abril/2022 a abril/2023. Antes disso, foi Gerente Executivo da Diretoria de Canais de janeiro/2019 a abril/2022. (i) Não se aplica; (ii) Desde julho/2024, ocupa o cargo de Diretor de Participações na PREVI.
m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:			
i. condenação criminal	Não	Não	Não
ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas	Não	Não	Não

iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer	Não	Não	Não
7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês	Membro do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário	Coordenador do Comitê de Pessoas, Cultura e Governança	Não se aplica
7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:			
a. administradores do emissor	Não	Não	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não	Não	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não	Não	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não	Não	Não
7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:			
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor	Não	Não	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não	Não	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não	Não	Não

ANEXO C			
Conteúdo do Formulário de Referência			
RCVM 80/2022			
7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:			
a. nome	Marcio Bernardo Spata	Sergio Foldes Guimaraes	Vinicius Marques de Carvalho
b. data de nascimento	25/05/1976	20/08/1970	05/12/1977
c. profissão	Contador	Administrador de Empresas e Analista de Sistemas	Ministro de Estado
d. CPF ou número do passaporte	005.970.127-76	014.873.977-63	267.495.708-52
e. cargo eletivo ocupado	Candidato a membro titular do Conselho de Administração	Candidato a membro titular do Conselho de Administração	Candidato a membro titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	AGO de 30/04/2025	AGO de 30/04/2025	AGO de 30/04/2025
g. data da posse	-	-	-
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2027	Até a AGO de 2027	Até a AGO de 2027
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Não	Não	Não
j. se é membro independente	Sim	Sim	Sim
k. data de início do primeiro dos mandatos consecutivos	-	-	30/11/2023
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Trabalhou como Contador no IBGE e como Oficial da Força Área Brasileira e da Marinha do Brasil, ambos no Quadro Complementar de Intendentes. No BNDES desde o ano de 2004, foi Superintendente da Área de Mercado de Capitais (2019). Após passagem pela Área de Estruturação e Desinvestimentos, retornou para a BNDES-PAR em 2023 na função de Chefe de Departamento de Acompanhamento da Carteira de empresas de Capital Aberto,	Foi conselheiro de administração da Totvs SA no período de 2009 a 2017. (i) Membro do Comitê de Finanças e Investimentos e membro do Comitê de Estratégia, Inovação e Sustentabilidade. Foi Conselheiro de Administração em 2023; (ii) É analista de sistemas concursado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social desde 1993, com 18 anos de experiência em diversas posições executivas do BNDES, notadamente nas áreas de	Atual Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União. Foi especialista em políticas públicas e gestão governamental (EPPGG) do Governo federal de 2006 a 2016, Secretário de Direito Econômico entre 2011 e 2012, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de 2012 a 2016 e Yale Greenberg World Fellow em 2016. Desde 2014, é Professor do Departamento de Direito Comercial da

	posição que mantém atualmente. Possui longa experiência seja em participação em Conselhos de Administração de empresas investidas pela BNDESPAR como em Comitês de Investimentos de Fundos investidos pela BNDESPAR. (i) Membro do Comitê de Estratégia, Inovação e Sustentabilidade. (ii) Funcionário BNDES desde 2004.	mercado de capitais, relações internacionais e captação de recursos.	Universidade de São Paulo, tendo sido aprovado em concurso de Livre Docência no mesmo Departamento em dezembro de 2022. (i) Membro do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário; (ii) não se aplica
m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:			
i. condenação criminal	Não	Não	Não
ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas	Não	Não	Não
iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer	Não	Não	Não
7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês	Membro do Comitê de Estratégia, Inovação e Sustentabilidade	Membro do Comitê de Finanças e Investimentos e do Comitê de Estratégia, Inovação e Sustentabilidade	Membro do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário
7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:			
a. administradores do emissor	Não	Não	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas,	Não	Não	Não

diretas ou indiretas, do emissor			
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não	Não	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não	Não	Não
7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:			
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor	Não	Não	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não	Não	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não	Não	Não

ANEXO C			
Conteúdo do Formulário de Referência			
RCVM 80/2022			
7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:			
a. nome	José Rubens de La Rosa	Maria Carolina Ferreira Lacerda	Jaime Luiz Kalsing
b. data de nascimento	28/10/1957	21/08/1972	17/11/1957
c. profissão	Engenheiro Civil e Administrador de Empresas	Economista	Administrador
d. CPF ou número do passaporte	012.409.698-05	151.686.438-76	226.696.980-34
e. cargo eletivo ocupado	Candidato a membro titular do Conselho de Administração	Candidata a membro titular do Conselho de Administração	Candidato Presidente do Conselho de Administração
f. data de eleição	AGO de 30/04/2025	AGO de 30/04/2025	AGO de 30/04/2025

g. data da posse	-	-	-
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2027	Até a AGO de 2027	Até a AGO de 2027
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Não	Não	Não
j. se é membro independente	Sim	Sim	Sim
k. data de início do primeiro dos mandatos consecutivos	05/05/2017	-	28/04/2023
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Na Marcopolo S/A foi CFO entre 1997 e 1999 e CEO entre 2000 e 2015 (período de excepcional crescimento no Brasil e pelo mundo). CEO da Santher S/A entre 2018 e 2021, com recuperação e venda do negócio. Engenheiro e Administrador de Empresas. Mestre em Contabilidade e Controladoria FEA/USP. AMP pelo Insead. Conselheiro certificado pelo IBCG. Conselhos em atuação, como independente e pelos minoritários: Tupy S/A desde 2017 e Marcopolo S/A desde 2020. Na Librelato S/A desde 2023, como conselheiro indicado pelos controladores. Conselhos encerrados: Duas Rodas S/A 2016 a 2023, Pisani S/A 2013 a 2018. Vivência e atuação como membro de diversos comitês: Financeiros, de Auditoria e de Estratégia e Inovação. (i) Na Tupy é membro do Conselho de Administração. Também é membro do	Atualmente é membro independente do Conselho de Administração da Rumo S.A., Pagbank, Vivara S.A. e da IHS Towers. Já foi membro do Conselho de Administração da Hypera Pharma por 9 anos, Vibra Energia por 2,5 anos (ex-Petrobras Distribuidora) e OEC (Odebrecht Engenharia e Construção). Foi responsável pelo Banco de Investimentos do UBS no Brasil entre 2011 e 2015, Managing Director do Deutsche Bank em 2009, Diretora do Banco de investimentos da Merrill Lynch entre 1999 e 2008 e diretora do banco de investimentos do Unibanco entre 2008 e 2009. Por 8 anos foi diretora da ANBIMA (Associação Brasileira das entidades de Mercado financeiro e de Capitais), membro do Conselho de representantes do CNF – Confederação Nacional das Instituições Financeiras e Membro da Câmara Consultiva de Listagem da B3.	Membro do Conselho de Administração da organização Ernesto Borges Advogados desde agosto de 2020; Conselheiro de Administração da Renova Energia S.A. em 2019; membro Estatutário do Comitê de Auditoria da Icatu Seguros S.A. de 2017 a 2018. Como docente, atuou como Professor titular do MBA Gestão de Seguros e Resseguro na Escola Superior Nacional de Seguros de 2008 a 2019. (i) Membro do Conselho de Administração desde Abril/2023. Também é Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário; (ii) Não se aplica.

	Comitê de Pessoas, Cultura e Governanças e do Comitê de Estratégia e Inovação. Assistente frequente do Comitê de Finanças. Industrial Business Advisor da Advent International. Executivo premiado com EIBA Fellow 2015 e Executivo do Ano pela América Economia 2018. Presidente da Funcex 2015 a 2018, Membro do Conex/MIDC 2014, Presidente do FET/CNI 2014 a 2016, Presidente do BRICS Business Council 2013 a 2015. LinkedIn: José Rubens de la Rosa (ii) Não se aplica.	(i) e (ii) não se aplicam.	
m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:			
i. condenação criminal	Não	Não	Não
ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas	Não	Não	Não
iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer	Não	Não	Não
7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês	Membro do Comitê de Pessoas, Cultura e Governança e do Comitê de Estratégia, Inovação e Sustentabilidade	Não se aplica	Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutários

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor	Não	Não	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não	Não	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não	Não	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não	Não	Não

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor	Não	Não	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não	Não	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não	Não	Não

ANEXO C Conteúdo do Formulário de Referência RCVM 80/2022	
7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. nome	Mauro Gentile Rodrigues da Cunha
b. data de nascimento	06/11/1971
c. profissão	Consultor

d. CPF ou número do passaporte	004.275.077-66
e. cargo eletivo ocupado	Candidato a membro titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	AGO de 30/04/2025
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2027
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Não
j. se é membro independente	Sim
k. data de início do primeiro dos mandatos consecutivos	-
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Atua como membro do Conselho de Administração da Embraer, onde é membro do Comitê de Auditoria, Hypera Pharma e Klabin. Entre 2019 e 2020 atuou como Presidente do Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal. Tem passagens ainda pelo conselho de empresas como Vale, brMalls, Totvs, Eletrobras, Usiminas, CESP, Mahle Metal Leve, dentre outras. Atuou de 2012 a 2019 como Presidente da AMEC - Associação dos Investidores no Mercado de Capitais. É consultor e professor de governança corporativa, além de possuir as designações NACD.DC, CFA (desde 1997), e CCA+/CC+ (IBGC). (i) Não se aplica. (ii) Não se aplica.
m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. condenação criminal	Não
ii. condenação em pro-cesso administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas	Não
iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer	Não

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês	Não se aplica
7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

MEMBROS SUPLENTE

ANEXO C Conteúdo do Formulário de Referência RCVM 80/2022			
7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:			
a. nome	Ana Paula Hornos Farias	Elvira Mariane Schulz	Cátia Yuassa Tokoro
b. data de nascimento	23/04/1972	24/04/1966	12/05/1971
c. profissão	Engenheira e Psicóloga	Administradora	Engenheira
d. CPF ou número do passaporte	186.779.238-96	566.635.529-53	011.800.477-88

e. cargo eletivo ocupado	Candidata a membro suplente do Conselho de Administração	Candidata a membro suplente do Conselho de Administração	Candidata a membro suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	AGO de 30/04/2025	AGO de 30/04/2025	AGO de 30/04/2025
g. data da posse	-	-	-
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2027	Até a AGO de 2027	Até a AGO de 2027
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Não	Não	Não
j. se é membro independente	Sim	Sim	Sim
k. data de início do primeiro dos mandatos consecutivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Possui experiência como C-level em Finanças e Estratégia em grandes conglomerados nacionais e internacionais dos setores industrial, químico, petroquímico, farmacêutico, da construção civil, de serviços de meio ambiente, do varejo e da educação, além de sua atuação como CEO de empresa familiar. Atuou como Conselheira na Essencis Ambiental, foi secretária de comitês e conselhos do Grupo Pão de Açúcar (CBD), onde liderou a Diretoria de Planejamento Estratégico. É colunista do Estadão Investidor, professora de Finanças Comportamentais e Fintechs na FGV-IDE, mentora no INSPER e docente do curso de formação de Conselheiros da StartSe. (i) e (ii) Não se aplicam.	Atuou como Membro do Conselho de Administração no Grupo Hospitalar Conceição (GHC) de 2017 a 2019 e participou do Conselho de Administração na Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL) de 2015 a 2017. Foi Conselheira Fiscal suplente no Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (Ceitec) de 2021 a 2023. Desde 2024, é Membro dos Comitês de Auditoria e de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração na FI-NEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e na ABGF (Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias). Desde 2022, ocupa o cargo de Coordenadora de Riscos de Investimentos na Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), além de ser Membro Titular do	Atuou como Conselheira Consultiva Independente na Imagem Sistemas de julho/2019 a janeiro/2024. No Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), foi membro das Comissões de Inovação e Saúde, além de ter exercido a função de Coordenadora do Capítulo RJ/ES de julho/2019 a maio/2022 e Coordenadora do Fórum de Conselheiros do Chapter Zero Brazil de março/2021 a fevereiro/2023. De novembro/2019 a dezembro/2022, foi Conselheira de Administração Independente na SulAmérica, onde também atuou como Chair do Comitê de Sustentabilidade e Chair do Conselho Deliberativo do Instituto SulAmérica. Além disso, foi Conselheira de Administração Independente na CHESF de novembro/2021 a outubro/2022 e na Desktop

		Comitê de Tecnologia da Informação e do Comitê de Riscos de Investimentos desde 2023. Anteriormente, foi Coordenadora-Geral de Avaliação e Monitoramento de Estatais na Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) de 2013 a 2022. (i) e (ii) Não se aplicam.	de maio/2022 a abril/2023. (i) e (ii) Não se aplicam.
m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:			
i. condenação criminal	Não	Não	Não
ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas	Não	Não	Não
iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer	Não	Não	Não
7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:			
a. administradores do emissor	Não	Não	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não	Não	Não

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não	Não	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não	Não	Não
7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:			
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

ANEXO C			
Conteúdo do Formulário de Referência			
RCVM 80/2022			
7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:			
a. nome	Ricardo Reisen de Pinho	Ricardo Antonio Weiss	-
b. data de nascimento	03/01/1961	17/06/1955	-
c. profissão	Engenheiro e Administrador	Engenheiro	-
d. CPF ou número do passaporte	855.027.907-20	010.673.308-79	-

e. cargo eletivo ocupado	Candidato a membro suplente do Conselho de Administração	Candidato a membro suplente do Conselho de Administração	-
f. data de eleição	AGO de 30/04/2025	AGO de 30/04/2025	-
g. data da posse	-	-	-
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2027	Até a AGO de 2027	-
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Não	Não	-
j. se é membro independente	Sim	Sim	-
k. data de início do primeiro dos mandatos consecutivos	-	05/05/2017	-
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	É atualmente membro dos Conselhos da Vittia, e Brado Logística, já tendo atuado nos Conselhos de Administração da Invepar, Light, Naturgy, Oi, EMGEA, BR Insurance, Tupy, Itacaré Capital, Saraiva, Metalfrio e Banco Nossa Caixa. Atua ou atuou como Conselheiro Fiscal da Bradespar e Embratel, assim como do Conselho Consultivo da Belliz Company, Editora do Brasil e LABSSJ, e Voluntário na AACD. Como conselheiro, participa de comitês de finanças, auditoria, pessoas e governança, estratégia e sustentabilidade em algumas das companhias citadas. (i) Não se aplica. (ii) Não se aplica.	Conselheiro independente da Tupy, Ferbasa, Vivix, Vicunha, e Tronox Brasil, e membro do Conselho Superior de Economia da FIESP. Atuou como conselheiro independente da Hidrovias do Brasil, Coteminas, Duas Rodas Industrial, Usiminas, Unigel, Log-In Logística Intermodal, M.Dias Branco e T4U (Towers For You) Holding Brasil. Foi conselheiro consultivo da Columbia Trading e da Alcoa América Latina, além de conselheiro suplente da Alpargatas. Foi CEO de várias empresas no Brasil e no exterior e membro de conselhos de diversas empresas do grupo Anglo American Plc, dentre elas Anglo American South America, Salobo Metais (joint venture com a Vale), Aracruz Celulose (atual Suzano) e da Copelbrás. Iniciou sua carreira na Price Waterhouse Management	-

		Consulting Services. Engenheiro civil formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e pós-graduado em Administração de Empresas pelo CEAG da Fundação Getúlio Vargas. Concluiu o Advanced Management Program – AMP e o curso de Corporate Governance na Harvard Business School e diversos cursos in house do INSEAD. É conselheiro certificado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. (i) Membro do Conselho de Administração Independente da Companhia, assim como Membro do Comitê de Estratégia, Inovação e Sustentabilidade e Membro do Comitê de Finanças e Investimentos; (ii) Não se aplica.	
m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:			
i. condenação criminal	Não	Não	-
ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas	Não	Não	-
iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer	Não	Não	-

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês	Não se aplica	Membro do Comitê de Finanças e Investimentos e do Comitê de Sustentabilidade e Inovação	-
7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:			
a. administradores do emissor	Não	Não	-
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não	Não	-
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não	Não	-
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não	Não	-
7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:			
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor	Não se aplica	Não se aplica	-
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não se aplica	Não se aplica	-
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não se aplica	Não se aplica	-

ANEXO V - Informações sobre os candidatos indicados para eleição do Conselho Fiscal

(itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme RCVM 80/2022)

MEMBROS TITULARES

ANEXO C Conteúdo do Formulário de Referência RCVM 80/2022			
7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:			
a. nome	João Augusto Monteiro	Francisco Ferreira Alexandre	Marcos Alberto Pereira Motta
b. data de nascimento	01/05/1947	29/10/1962	19/04/1971
c. profissão	Engenheiro Mecânico	Bacharel em Direito, Engenheiro Civil e Bancário	Engenheiro Civil
d. CPF ou número do passaporte	553.256.028-53	301.479.484-87	008.528.317-73
e. cargo eletivo ocupado	Candidato a membro titular do Conselho Fiscal	Candidato a membro titular do Conselho Fiscal	Candidato a membro titular do Conselho Fiscal
f. data de eleição	AGO de 30/04/2025	AGO de 30/04/2025	AGO de 30/04/2025
g. data da posse	-	-	-
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2026	Até a AGO de 2026	Até a AGO de 2026
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Não	Não	Não
j. se é membro independente	Sim	Sim	Sim
k. data de início do primeiro dos mandatos consecutivos	30/04/2008	28/04/2023	28/04/2023

l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Sócio Diretor da Athena Consultoria Empresarial desde 2002 e Conselheiro Titular do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Brasília (CEB); (i) Membro titular do Conselho Fiscal da Tupy desde 2008; (ii) Não se aplica.	Presidente da BRF Previdência de novembro de 2012 a abril de 2018; Na Invepar S.A., Membro do Comitê de Recursos Humanos e Governança desde abril de 2021; do Comitê Financeiro e de Investimentos de maio de 2019 a abril de 2021. (i) Membro titular do Conselho Fiscal da Tupy desde abril/2024; (ii) Não se aplica.	Entrou no BNDES em 2003, atuou no Departamento de Desenvolvimento Urbano, Departamento de infraestrutura e logística, Diretoria e Gerente do Departamento de exportação de serviços, sempre atuando na área de infraestrutura em todos os departamentos. Atuou ainda como assessor da Diretoria onde tinha como foco as pautas ligadas a infraestrutura, mercado de capitais e comércio exterior. Atualmente é assessor da presidência do BNDES atuando no assessoramento direto do presidente e coordenação de projetos estratégicos. (i) Atuou como membro do Conselho Fiscal de outubro a novembro/2023; (ii) Não se aplica.
m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:			
i. condenação criminal	Não	Não	Não
ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas	Não	Não	Não
iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer	Não	Não	Não
7.4. Fornecer as informações mencionadas no	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

item 7.3 em relação aos membros dos comitês			
7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:			
a. administradores do emissor	Não	Não	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não	Não	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não	Não	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não	Não	Não
7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:			
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor	Não	Não	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não	Não	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não	Não	Não

MEMBROS SUPLENTE

ANEXO C Conteúdo do Formulário de Referência RCVM 80/2022			
7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:			
a. nome	Maria Elvira Lopes Gimenez	Glauben Teixeira de Carvalho	Rafael Caminha Marchesini

b. data de nascimento	18/05/1970	24/05/1955	05/10/1976
c. profissão	Economista	Engenheira Química	Economista
d. CPF ou número do passaporte	136.012.018-10	156.174.244-91	261.276.498-46
e. cargo eletivo ocupado	Candidato a membro suplente do Conselho Fiscal	Candidato a membro suplente do Conselho Fiscal	Candidato a membro suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	AGO de 30/04/2025	AGO de 30/04/2025	AGO de 30/04/2025
g. data da posse	-	-	-
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2026	Até a AGO de 2026	Até a AGO de 2026
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Não	Não	Não
j. se é membro independente	Sim	Sim	Sim
k. data de início do primeiro dos mandatos consecutivos	28/04/2023	-	-
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	03/2013 a 09/2019 - Solução Governança Corporativa E Consultoria Ltda - Jorge Lepeltier Consultores Associados. Conselhos Fiscais (exercícios atuais São Martinho SA, WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos SA, Bicycletas Monark SA, Rossi Residencial SA, Minupar Participações SA, Terra Santa Propriedades Agrícolas SA, Pettenati Indústria Têxtil SA, Companhia de Ferro Ligas da Bahia, Kepler Weber SA, Creditaqui Financeira SA, Irani Papel e Embalagem SA, Whirlpool SA, Tronox Pigmentos do Brasil SA, Mahle Metal Leve SA, Tupy SA, Paranapanema SA, Santa Maria Participações SA, Empresa Luz e Força	Membro dos Comitês de Auditoria da EMPRAPA e da TELEBRAS. Foi membro e presidente do Comitê de Auditoria Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobrás e membro dos Comitês de Auditoria da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – Dataprev, Empresa Gestora de Ativos S/A – Emgea e Santos Port Authority – SPA, bem como membro dos Comitês de Pessoas, Elegibilidade, Remuneração e Sucessão da Hemobrás e Telebras. Atuou em conselho fiscal, por mais de 20 anos, titular, como: IRB - Brasil Resseguros S/A, Banco da Amazônia S/A – BASA, Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB, Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN.	É titular do Conselho Fiscal da Copasa e foi recém-eleito membro do Conselho Deliberativo da Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES. (i) Não se aplica; (ii) Exerceu diferentes funções técnicas e executivas nos 22 anos de atuação no BNDES, com passagens em diversas áreas. Destacam-se, nesse período, passagens que somam mais de 8 anos em atividades de mercados de capitais como executivo ou como Assessor do Diretor responsável (envolvendo atividades de acompanhamento das participações societárias em empresas de capital aberto e fechado e fundos). Outras passagens envolvem 5 anos como executivo da Área Internacional do

	Santa Maria SA e vários outros. (i) e (ii) Não se aplicam.	(i) e (ii) não se aplicam.	BNDES (onde atuou na estruturação e operação da subsidiária do BNDES em Londres), 3 anos como executivo de comércio exterior, e um total de 5 anos como assessor de 4 diferentes diretores do BNDES, responsáveis por áreas operacionais de crédito (de Energia, Infraestrutura, Indústria, de Gestão Socioambiental e de Mercado de Capitais). No início de sua carreira no BNDES, atuou como analista da Área Financeira, onde atuou com captação de recursos junto a organismos internacionais. Nesse período no BNDES, também atuou como representante em comitês de investimentos de alguns fundos de private equity e venture capital da sua carteira e como Conselheiro de Administração de empresas investidas. Atualmente trabalha na assessoria da Diretoria Financeira e de Mercado de Capitais.
--	--	----------------------------	---

m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. condenação criminal	Não	Não	Não
ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas	Não	Não	Não

iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer	Não	Não	Não
7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:			
a. administradores do emissor	Não	Não	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não	Não	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não	Não	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não	Não	Não
7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:			
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor	Não	Não	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não	Não	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não	Não	Não

ANEXO VI - Informações sobre a Remuneração anual dos Administradores e do Conselho Fiscal

(item 8 do Formulário de Referência, conforme RCVM nº 80/2022)

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Comitês de Assessoramento ao Conselho De Administração da Companhia (“Política de Remuneração”), aprovada pelo Conselho de Administração, tem como objetivo estabelecer diretrizes para definição da remuneração dos membros da Diretoria Estatutária, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário e Comitês não Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração, de forma compatível com as funções e os riscos inerentes de cada cargo, visando manter a competitividade do pacote de remuneração total, administração dos custos, atração, retenção, motivação e reconhecimento ao desempenho e potencial, suportando assim o alinhamento de seus interesses com os interesses de longo prazo da Companhia.

A Política de Remuneração encontra-se disponível para consulta por meio do site de Relações com Investidores da Companhia (www.tupy.com.br/ri) e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

Nos termos do art. 162, parágrafo terceiro⁶, da Lei das S/A, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada pela Assembleia Geral respeitando-se a remuneração não inferior a 10% (dez por cento) para cada membro, sobre a que, em média, for atribuída a cada Diretor Estatutário da Companhia, não computando benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

⁶ Art. 162. Somente podem ser eleitos para o conselho fiscal pessoas naturais, residentes no País, diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal.

[...] § 3º **A remuneração dos membros do conselho fiscal**, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela assembléia-geral que os eleger, e **não poderá ser inferior**, para cada membro em exercício, **a dez por cento da que, em média, for atribuída a cada diretor**, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Desde o exercício de 2020 a Administração da Companhia propõe à Assembleia Geral que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal seja a mesma remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário.

(b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Os órgãos que participam do processo de avaliação e decisão em relação à individualização da remuneração da administração são o Comitê de Pessoas, Cultura e Governança e o Conselho de Administração, que atuam na revisão, recomendação e aprovação da remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

O estudo de revisão é embasado em pesquisas de mercado nacional conduzidas por consultorias especializadas e de notória aceitação no mercado, utilizando informações estatísticas de mercado e metodologia de comparação, analisadas pela área de Recursos Humanos e submetidas aos comitês de assessoramento do Conselho de Administração. A remuneração do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento é realizada pela Korn Ferry, enquanto a remuneração da Diretoria é feita pela Willis Towers Watson - WTW. Além disso, a remuneração individual tem também como componente de definição avaliação de desempenho dos executivos, realizada anualmente.

iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A política de remuneração dos administradores é atualizada, revisada e/ou alterada sempre que o Conselho de Administração entender necessário ou em decorrência de alterações regulatórias. A Diretoria de Recursos Humanos da Companhia realiza revisão técnica a cada três anos e, havendo necessidade, submete para apreciação do Conselho de Administração.

(c) Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos diversos elementos que compõe a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles

A remuneração do Conselho Administração, da Diretoria Estatutária, do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário e Conselho Fiscal é definida de modo a estar alinhada aos objetivos estratégicos da Companhia, com foco em sua perenidade e na criação de valor no longo prazo, e é proporcional às atribuições, responsabilidades e demanda de tempo.

A remuneração dos órgãos, conforme submetida à aprovação dos acionistas, é composta pelos seguintes elementos:

DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DIRETORIA NÃO ESTATUTÁRIA

REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL

Salário ou pró-labore	Remuneração mensal, com base em pesquisa de mercado
Benefícios direto e indireto	Componentes indiretos da remuneração, conforme práticas observadas em pesquisa de mercado

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

Bônus	Remuneração variável de curto prazo (PRV): com base em metas corporativas e individuais estabelecidas anualmente pelo Conselho de Administração com base em proposta apresentada pela Diretoria Estatutária
Baseada em ações	Remuneração variável longo prazo: Plano de Incentivos de Longo Prazo da Tupy S.A. aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2022 (Plano de ILP 2022), conforme descrito no item 8.4
Outros	O Conselho de Administração pode utilizar ferramentas e instrumentos adicionais de remuneração formalmente aprovados pelo próprio órgão, para realizar atração, gestão, retenção ou reconhecimento dos Diretores Estatutários e/ou Não Estatutários, caso entenda necessário: i. Atração e Retenção: deverá estar atrelado a obrigações condicionais de permanência do executivo na Companhia. Ex: <i>Signing Bonus</i> , Bônus de Retenção, Concessão de Ações, entre outros. ii. Mobilidade: concessão de pagamentos e/ou benefícios vinculados a contratação ou transferência do executivo entre unidades corporativas de diferentes países.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL

Salário ou pró-labore	Remuneração mensal, com base em pesquisa de mercado. Tendo em vista possuir atribuições específicas, a remuneração fixa mensal do Presidente do Conselho de Administração poderá ser maior do que a remuneração fixa mensal dos demais membros.
Benefícios direto e indireto	Seguro de vida coletiva e reembolso de custos necessários para o desempenho de suas funções
Participações em comitês	O Conselheiro receberá apenas um adicional em caso de participação em um ou mais Comitês, sendo Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário, Comitê de Pessoas, Cultura e Governança, Comitê de Estratégia, Inovação e Sustentabilidade e/ou Comitê de Finanças e Investimentos.

A remuneração do Conselho Fiscal é composta exclusivamente de remuneração fixa mensal.

• **Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A política de remuneração se baseia no desempenho e sustentabilidade financeira, bem como na promoção da retenção e motivação dos administradores, tanto no curto, quanto no médio e longo prazo. Dessa forma, a política de remuneração é estruturada para assegurar o alinhamento entre os interesses dos executivos aos dos acionistas. Além da remuneração fixa concedida aos administradores, a Companhia conta também com programas de remuneração variável e remuneração baseada em ações para a Diretoria Estatutária, de forma a criar mecanismos de retenção e motivação a tais administradores em consonância com a performance, reafirmando o compartilhamento do risco e dos resultados com os administradores e funcionários. A política de remuneração variável se alinha aos interesses da Companhia ao fazê-la dependente de indicadores balanceados vinculados à estratégia de negócios definida pelos acionistas.

• **Sua proporção na remuneração total nos últimos 3 exercícios sociais**

Componente	Conselho Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal			Comitê de Auditoria Estatutário			Comitês de Assessoramento			Diretoria Não-Estatutária		
	2022	2023	2024	2022	2023	2024	2022	2023	2024	2022	2023	2024	2022	2023	2024	2022	2023	2024
Remuneração fixa anual	94%	86%	100%	32%	30%	46%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	54%	61%	76%
Remuneração variável	-	-	-	50%	29%	28%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32%	28%	16%
Pós-emprego	-	-	-	2%	3%	2%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-	2%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baseada em ações	6%	14%	-	16%	36%	24%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14%	11%	8%

• **Sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Como parâmetro para definição da remuneração dos membros da Diretoria Estatutária, é considerado o princípio da equidade, bem como os critérios fixados no art. 152⁷ da Lei das S/A: (i) valor dos serviços dos profissionais no mercado; (ii) responsabilidades; (iii) tempo dedicado aos cargos, (iv) competência e reputação do profissional, considerando ainda a equidade externa baseada em pesquisa de mercado realizada por empresa de consultoria especializada com experiência comprovada, e a equidade interna considerando os pesos relativos entre as funções.

A pesquisa de mercado tem como referência empresas que possuam os seguintes critérios, não exaustivamente e não necessariamente em conjunto, similares aos da Companhia: porte, mercado de atuação, posição geográfica e competitividade na atração e retenção de executivos.

A definição da remuneração variável dos membros da Diretoria Estatutária é vinculada a resultados, com metas de médio e longo prazo relacionadas de forma clara e objetiva à

⁷ Art. 152. A assembleia-geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, **tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.**

geração de valor econômico para a Companhia no longo prazo e a estrutura de incentivos é alinhada aos limites de risco definidos pelo Conselho de Administração.

A definição da remuneração dos membros do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Risco Estatutários e Comitês não Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração considerará pesquisa de mercado realizada por empresa de consultoria especializada com experiência comprovada e tem como referência grupo de empresas que possuam os seguintes critérios, não exaustivamente e não necessariamente em conjunto, similares aos da Companhia: porte, estrutura de governança e mercado de atuação.

A pesquisa de mercado utilizada como parâmetro para definição da remuneração dos membros do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Risco Estatutários e Comitês não Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração é atualizada anualmente.

• ***Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG***

Para o salário base, consideram-se indicadores de mercado, diretriz interna de posicionamento de mercado e desempenho do executivo. Já para a remuneração variável de curto prazo, consideram-se indicadores de consecução de metas estratégicas com dimensões em resultado econômico (como por exemplo EBITDA, Lucro Líquido e Ciclo de Conversão de Caixa), processos críticos (por exemplo, indicadores de produtividade e qualidade) e desempenho individual.

No que diz respeito ao “Plano de ILP 2022”, ocorrem concessões anuais, de forma discricionária pelo Conselho de Administração da Companhia e a remuneração é diretamente impactada pelo aumento (ou redução) da cotação de mercado das ações de nossa emissão.

ii. Razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo à melhoria da gestão e à permanência dos executivos da Companhia. A composição da remuneração da Diretoria Estatutária busca associar elementos fixos e variáveis diretamente relacionados aos resultados e planejamento estratégico da Companhia, observada a realização de objetivos específicos e admitindo-se que a maior responsabilidade corresponda à maior proporção da remuneração em risco, conforme as melhores práticas de remuneração do mercado.

Adicionalmente, a implementação da prática de remuneração baseada em ações (ILP) tem como finalidade alinhar a remuneração dos nossos executivos aos mesmos objetivos dos acionistas, às práticas de mercado, reter talentos e permitir o compartilhamento do risco e de nosso resultado, características de uma política transparente e voltada para

o alcance de resultados duradouros, que viabilizem a nossa perpetuidade, bem como a criação de valor refletida na cotação de mercado de nossas ações.

iii. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não existem membros não remunerados.

(d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, uma vez que não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

(e) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Nos termos do Contrato de Prestação de Serviços para o Exercício de Funções Estatutárias firmado entre a Companhia e seus Diretores Estatutários (Contrato), cujo teor foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, a Transferência do Controle Societário (conforme hipóteses definidas pelo art. 254-A⁸ da Lei), entre outros elementos, é considerada como hipótese de rescisão do contrato.

Na ocorrência da Transferência do Controle Societário, o Diretor Estatutário se obriga a permanecer no cargo por 6 meses contados da caracterização do fato, a exclusivo critério da Companhia. No termo final deste período, as partes deverão renegociar os termos do Contrato, sendo facultado ao Diretor Estatutário renunciar ao cargo mediante recebimento de indenização calculada de forma proporcional ao tempo de vigência do Contrato, limitada a 100% da remuneração fixa global anual.

Caso o novo acionista controlador venha a optar pela destituição do Diretor Estatutário antes do término do prazo de 6 meses acima referido ou ao final do citado prazo, o referido Diretor Estatutário igualmente fará jus ao recebimento da referida indenização.

Caso o Diretor Estatutário renuncie ao seu cargo antes do término do prazo de 6 meses, não será devida a indenização.

Todos os pagamentos estão condicionados à existência do dispêndio dos correspondentes recursos na Verba Global Anual aprovada pela Assembleia Geral.

No que se refere ao “Plano de ILP 2022”, salvo se de outra forma estabelecida pelo Conselho de Administração, eventual modificação ou transferência, direta ou indireta, por meio de operação única ou sucessiva de Controle Acionário não impactará os direitos

⁸ Art. 254-A. A alienação, direta ou indireta, do controle de companhia aberta somente poderá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a fazer oferta pública de aquisição das ações com direito a voto de propriedade dos demais acionistas da companhia, de modo a lhes assegurar o preço no mínimo igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

outorgados no âmbito do Plano. No caso de mudança de Controle Acionário e substituição do Plano, as Concessões já realizadas deverão ser cumpridas integralmente conforme as regras e prazos originais e/ou substituídas por outorgas que confirmam direitos equivalentes aos Participantes.

Ainda no que se refere ao “Plano de ILP 2022”, nos casos de alteração do número, espécie ou classe das Ações em decorrência de grupamento, desdobramento, bonificações de ações, assim como nos casos de conversão de Ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, deverão ser efetuados os ajustes necessários no Plano, mediante aprovação da Assembleia Geral, e/ou nas Concessões já realizadas, mediante aprovação do Conselho de Administração, em qualquer caso com o objetivo de evitar distorções e prejuízos à Companhia ou aos Participantes. Este Plano não impedirá a realização de qualquer operação de reorganização societária que vier a envolver a Companhia e/ou as sociedades do grupo da Companhia, devendo o Conselho de Administração realizar os ajustes necessários com o objetivo de evitar distorções e prejuízos à Companhia ou aos Participantes.

8.2. Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	8,00	3,00	20,00
Nº de membros remunerados	9,00	8,00	3,00	20,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.365.600,00	11.252.244,00	648.000,00	16.265.844,00
Benefícios direto e indireto	3.395,04	2.526.056,79	0,00	2.529.451,83
Participações em comitês	1.807.200,00	0,00	0,00	1.807.200,00
Outros	0,00	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	Refere-se a reserva orçamentária para potenciais ajustes no âmbito do design organizacional definitivo a ser	-	-

		aprovado pelo Conselho de Administração.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	15.564.933,00	0,00	15.564.933,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2.788.745,00	0,00	2.788.745,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Descrição de 'Outros' refere-se a Bônus por Projeto Extraordinário.	-	-
Pós-emprego	0,00	855.029,21	0,00	855.029,21
Cessação do cargo	0,00	9.040.501,90	0,00	9.040.501,90
Baseada em ações	0,00	7.792.433,71	0,00	7.792.433,71
Observação	Para determinar o número de membros de cada órgão, foi somado o número de membros em cada mês do ano e dividido por 12 (média simples)			
Total da remuneração	6.176.195,04	52.319.943,61	648.000,00	59.792.138,65

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N� total de membros	9,00	5,83	3,00	17,83
N� de membros remunerados	9,00	5,83	3,00	17,83
Remuneração fixa anual				
Salário ou pr�-labore	4.280.700,00	8.725.124,83	628.650,00	13.634.474,83
Benefícios direto e indireto	0,00	1.716.373,25	0,00	1.716.373,25
Participações em comitês	1.781.233,33	0,00	0,00	1.781.233,33
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.505.146,48	0,00	4.505.146,48
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.796.760,00	0,00	1.796.760,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Descrição de 'Outros' refere-se a Bônus por Projeto Extraordinário.	-	-
Pós-emprego	0,00	638.812,44	0,00	638.812,44
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	5.403.520,79	0,00	5.403.520,79
Observação	Para determinar o número de membros de cada órgão, foi somado o número de membros em cada mês do ano e dividido por 12 (média simples)			
Total da remuneração	6.061.933,33	22.785.737,79	628.650,00	29.476.321,12

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N� total de membros	9,00	3,75	3,00	15,75
N� de membros remunerados	7,75	3,75	2,42	13,92
Remuneração fixa anual				
Salário ou pr�-labore	3.400.352,00	6.511.065,00	428.990,00	10.340.407,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	1.105.377,08	0,00	1.105.377,08

Participações em comitês	607.979,00	0,00	0,00	607.979,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	5.076.490,39	0,00	5.076.490,39
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2.364.690,16	0,00	2.364.690,16
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Descrição de 'Outros' refere-se a Bônus por Projeto Extraordinário.	-	-
Pós-emprego	0,00	602.993,80	0,00	602.993,80
Cessação do cargo	0,00	590.000,00	0,00	590.000,00
Baseada em ações	644.516,84	9.134.755,36	0,00	9.779.272,20
Observação	Para determinar o número de membros de cada órgão, foi somado o número de membros em cada mês do ano e dividido por 12 (média simples)			
Total da remuneração	4.652.847,84	25.385.371,78	428.990,00	30.467.209,62

8.3 Em relação   remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e   prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Demonstrativo da remuneração variável dos membros da Diretoria Estatutária

Anos	2022	2023	2024	Previsto 2025
Número de total de membros:	5,00	3,75	5,83	8,00
Número de membros remunerados:	5,00	3,75	5,83	8,00

Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração:	Zero	Zero	Zero	Zero
Valor máximo previsto no plano de remuneração:	12.683.843,57	13.350.212,40	12.912.854,00	15.564.933,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas:	7.046.579,76	7.416.784,67	8.608.569,33	10.376.622,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social:	10.640.776,07	5.076.490,39	4.505.146,48	-
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração:	Zero	Zero	Zero	Zero
Valor máximo previsto no plano de remuneração:	Zero	Zero	Zero	Zero
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas:	Zero	Zero	Zero	Zero
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social:	Zero	Zero	Zero	Zero

Não há pagamento de remuneração variável aos integrantes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

(a) Termos e condições gerais

Os principais objetivos dos planos de remuneração baseados em ações consistem em: (i) assegurar a competitividade dos níveis de remuneração total praticados; (ii) suportar o alinhamento de interesses entre executivos e acionistas da Companhia; (iii) ampliar os níveis de comprometimento dos executivos com a geração de resultados sustentáveis;

(iv) reforçar o poder de retenção dos principais líderes da empresa. Os termos e condições gerais dos Planos que possuem outorgas em curso estão detalhados abaixo: Plano de Incentivos de Longo Prazo da Tupy S.A. (“Plano de ILP 2022”).

Plano de ILP 2022

O Conselho de Administração deverá aprovar anualmente, no âmbito do Plano de ILP 2022, as outorgas de Unidades para um determinado ano e deverá observar os limites estabelecidos pelo plano. Abaixo estão os principais termos e condições do programa:

- **Beneficiários:** são elegíveis como Beneficiários os Executivos da Companhia que pertençam ao nível de presidente, vice-presidente, diretor ou gerente, que sejam eleitos no respectivo ano para receberem a outorga pelo Conselho de Administração.
- **Frequência de Concessão:** as Concessões serão realizadas anualmente.
- **Vigência do Plano:** entrará em vigor na data de sua aprovação por Assembleia Geral e permanecerá vigente por cinco ciclos de Concessões referentes aos anos (competência) de 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025.
- **Natureza das Unidades:** as Unidades a serem outorgadas aos Participantes em cada Concessão serão divididas entre Unidades de Ações Restritas e Unidades de Ações por Performance. A divisão percentual entre Unidades de Ações Restritas e Unidades de Ações de Performance a serem concedidas a cada Participante será determinada pelo Conselho de Administração a cada Concessão.
- **Unidades de Ações de Performance:** a quantidade de Unidades de Ações de Performance a ser outorgada ao Participante em cada Concessão será definida pelo Conselho de Administração que, para tanto, estabelecerá os conceitos e metodologias que serão utilizados no cálculo. As Unidades estarão sujeitas a Critérios de Performance, que serão definidos pelo Conselho de Administração a cada Concessão.
- **Unidades de Ações Restritas:** a quantidade de Unidades de Ações Restritas a ser outorgada ao Participante em cada Concessão será definida pelo Conselho de Administração que, para tanto, estabelecerá os conceitos e metodologias que serão utilizados no cálculo.
- **Carência:** cada Concessão estará sujeita a um período de Carência integral de 3 anos, ou seja, a totalidade de cada lote será considerada com Carência cumprida, de uma única vez, apenas após o cumprimento pleno do período.
- **Proventos:** As Unidades não farão jus ao recebimento de quaisquer dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos que sejam declarados pela Companhia. Tal direito apenas será aplicável às Ações efetivamente convertidas e

transferidas aos Participantes após o cumprimento da Carência, dos Critérios de Performance (quando aplicáveis) e cumprimento dos prazos e trâmites para transferência efetiva de Ações ao Participante.

- **Governança:** o Plano de ILP 2022 será administrado pelo Conselho de Administração, dispondo de amplos poderes dentro de suas competências para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a sua execução.

(b) Data de aprovação e órgão responsável

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovado o Plano de Incentivos de Longo Prazo da Tupy S.A. (“Plano de ILP 2022”), o qual estabelece as condições gerais para as outorgas de unidades que poderão ser convertidas em ações ordinárias da Tupy aos Diretores Estatutários, Diretores não estatutários e Gerentes (em conjunto, “Beneficiários”). A partir da outorga de 2020 os Diretores Estatutários não poderão mais receber outorgas do Plano de Opções, e a partir da outorga de 2022 os Beneficiários não poderão mais receber outorgas do Plano de ILP 2019, sendo elegíveis apenas as novas outorgas sob o Plano de ILP 2022.

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela administração do Plano de ILP 2022 e respectivos Programas e concessões e pela aprovação das concessões anuais. As deliberações que impliquem em alteração do Regulamento do Plano de ILP 2022 deverão ser aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

(c) Número máximo de ações abrangidas

A quantidade máxima de ações que podem ser objeto de outorga, nos termos dos planos, não poderá exceder a 4,0% (quatro por cento) do total das ações emitidas pela Companhia, considerando limite global para os três planos.

(d) Número máximo de opções a serem outorgadas

Não há outorga de opções no âmbito do “Plano de ILP 2022”, mas a entrega de unidades que posteriormente poderão ser convertidas em ações. O número máximo de opções ou unidades a serem outorgadas está limitado ao número máximo de ações abrangidas pelos planos, conforme descrito no item “c” acima.

(e) Condições de aquisição de ações

Cabe ao Conselho de Administração definir os Beneficiários elegíveis ao recebimento da outorga em cada ano. A outorga será realizada mediante a assinatura de termo de adesão por cada Beneficiário eleito, que implicará na aceitação por este de todas as condições dos planos e programas aprovados, por ocasião das outorgas das Unidades.

(f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

No âmbito do “Plano de ILP 2022” não há preço de exercício. Nenhum pagamento é feito pelo Beneficiário, seja para recebimento das unidades ou no momento da sua conversão em ações.

(g) Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

No âmbito do “Plano de ILP 2022” não há prazo de exercício. No entanto, cada Concessão estará sujeita a um período de Carência integral de 3 anos, ou seja, a totalidade de cada lote será considerada com Carência cumprida, de uma única vez, apenas após o cumprimento pleno do período, observado que, se houver restrição de negociação de ações de nossa emissão na data da concessão, esta data será postergada na mesma quantidade de dias em que a restrição vigorou.

(h) Forma de liquidação

No âmbito do “Plano de ILP 2022” a liquidação das Unidades será feita mediante a entrega de Ações em tesouraria. Caso a Companhia não possua Ações em tesouraria suficientes para fazer frente à transferência ao Beneficiário e estiver impedida de negociar ações de sua própria emissão, o Conselho de Administração poderá definir que: (i) o prazo de entrega será estendido pelo tempo em que perdurar tal impedimento; ou (ii) a Companhia efetuará o pagamento ao Beneficiário, em moeda corrente, do montante equivalente ao valor das Unidades convertidas.

(i) Restrições à transferência das ações

No âmbito do “Plano de ILP 2022”, não há período de bloqueios das ações após transferência da propriedade destas ao Beneficiário.

(j) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O “Plano de ILP 2022” poderá ser extinto ou alterado pela Assembleia Geral de Acionistas. Na eventualidade de o número, espécie e/ou classe das ações de nossa emissão serem alterados em razão de desdobramentos, bonificações, agrupamentos ou conversões em ações de outros valores mobiliários emitidos pela nossa Companhia, deverão ser efetuados os ajustes necessários nos Planos e Programas já instituídos, com o objetivo de evitar distorções e prejuízos à Companhia ou aos Beneficiários.

(k) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

No âmbito do “Plano de ILP 2022”, na ocorrência de rescisão por Iniciativa da Companhia sem justa causa, o Beneficiário fará jus ao recebimento parcial das Unidades, da seguinte forma: (i) para as Unidades de Ações Restritas, o Beneficiário fará jus ao recebimento de um número de Ações proporcional ao período de tempo transcorrido entre cada Concessão e a data de desligamento; e (ii) para as Unidades de Ações de

Performance, o Beneficiário fará jus ao recebimento de um número de Ações proporcional ao período de tempo transcorrido entre cada Concessão e a data de desligamento após a aplicação de eventual ajuste decorrente dos Critérios de Performance.

Em caso de Desligamento Voluntário ou Desligamento por Justa Causa, todas as Unidades do Beneficiário que não tiverem cumprido o prazo de Carência serão automaticamente extintas e o Beneficiário não fará jus ao recebimento de quaisquer Ações.

Nos casos de falecimento ou invalidez permanente do Beneficiário Eleito, as Unidades do Participante terão os prazos de *Vesting* antecipados e convertidas em Ações de emissão para transferência ao Beneficiário, seus herdeiros, sucessores e/ou cônjuges meeiros.

No caso de mudança de Controle Acionário e substituição do “Plano de ILP 2022”, as Concessões já realizadas deverão ser cumpridas integralmente conforme as regras e prazos originais e/ou substituídas por outorgas que confirmem direitos equivalentes aos Beneficiários.

8.5 Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Item não aplicável, tendo em vista que desde 2018, a Companhia não outorga opções de ações e todas as opções de ações foram exercidas ou canceladas.

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Item não aplicável, tendo em vista que desde 2018, a Companhia não outorga opções de ações e todas as opções de ações foram exercidas ou canceladas.

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Item não aplicável, tendo em vista que desde 2018, a Companhia não outorga opções de ações e todas as opções de ações foram exercidas ou canceladas.

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Item não aplicável em relação aos exercícios de 2023 e 2024, tendo em vista que desde 2018, a Companhia não outorga opções de ações e todas as opções de ações foram exercidas ou canceladas.

Opções exercidas - exercício social em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	5,00
Nº de membros remunerados	1,00	0,00
Número de ações	26.833	-
Preço médio ponderado de exercício	30,33	-
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	26,24	-
Multiplicação total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	387.245,29	-

8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

DIRETORIA ESTATUTÁRIA				
Remuneração baseada em ações				
Exercício social	2022	2023	2024	2025 ¹
Nº total de membros	5,00	3,75	5,83	8
Nº de membros remunerados	5,00	3,75	5,83	8
Diluição potencial no caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,23%	0,14%	0,18%	-

¹ Outorga 2025 em fase de aprovação.

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

DIRETORIA ESTATUTÁRIA				
Remuneração baseada em ações				
Exercício social	2022	2023	2024	2025 ¹
Nº total de membros	5,00	3,75	5,83	8,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,75	5,83	8,00
Data de outorga	Abril/2022	Abril/2023	Abril/2024	Abril/2025
Quantidade de ações outorgadas	334.241	198.902	258.747	-
Prazo máximo para entrega das ações	Abril/2025	Abril/2026	Abril/2027	-
Prazo de restrição à transferência das ações	Data da aquisição	Data da aquisição	Data da aquisição	-
Valor justo das ações na data da outorga	18,00	24,97	27,19	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	6.016.338,00	4.966.582,94	7.035.330,93	-

¹ Outorga 2025 em fase de aprovação.

8.11 Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

DIRETORIA ESTATUTÁRIA			
Ações entregues			
Exercício social encerrado em	2022	2023	2024
Nº total de membros	5,00	3,75	5,83
Nº de membros remunerados	3,00	3,75	5,83
Número de ações entregues	14.157	240.995	107.224
Preço médio ponderado de aquisição	21,95	24,56	28,42
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	21,95	24,56	28,42
Multiplicação total das ações adquiridas pela diferença entre o preço	0,00	0,00	0,00

médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas			
--	--	--	--

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Ações entregues			
Exercício social encerrado em	2022	2023	2024
Nº total de membros	9,00	9,00	9,00
Nº de membros remunerados	1,00	1,00	0,00
Número de ações entregues	36.635	32.501	-
Preço médio ponderado de aquisição	25,09	24,94	-
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	25,09	24,94	-
Multiplicação total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	-

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

(a) Modelo de precificação

No “Plano de ILP 2022” não há preço de exercício. A cada outorga o Conselho de Administração terá competência para estabelecer a metodologia de cálculo, metas e expectativas de retorno para fins de determinação e atingimento dos Critérios de Performance.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

No “Plano de ILP 2022”, o Conselho de Administração definirá em cada outorga (i) os conceitos e metodologias que serão utilizados no cálculo e definição da quantidade de Unidades de Ações de Performance a serem outorgadas a cada Beneficiário; (ii) a metodologia de cálculo, metas e expectativas de retorno para fins de determinação e

atingimento dos Critérios de Performance; e (iii) os fatores multiplicadores ou redutores que serão utilizados na determinação da quantidade de Ações que cada Beneficiário receberá mediante o cumprimento do *Vesting*.

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

No “Plano de ILP 2022” o disposto acima não se aplica.

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

No “Plano de ILP 2022” o disposto acima não se aplica.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Órgão	Quantidade de Ações de emissão da Companhia
Diretoria Estatutária	268.756
Conselho de Administração	530
Conselho Fiscal	0

8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

Os membros do Conselho de Administração não participam do plano de previdência. Os Diretores Estatutários usufruem de plano de previdência com aporte voluntário de até 7% de sua remuneração e a Companhia aporta até este limite.

Diretoria Estatutária	2024
Nº total de membros	5,83
Nº de membros remunerados	5,83
Nome do plano	TupyPrev
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Zero

Condições para se aposentar antecipadamente	Ter no mínimo 58 anos de idade
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	4.283.634,27
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	638.812,44
Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Sim, vide observação abaixo

Resgate total

Em caso de resgate total antecipado pelo participante do valor correspondente à provisão matemática de benefícios a conceder formada pela “contribuição participante” e pela “contribuição serviço passado participante”, o valor total correspondente à provisão matemática de benefícios a conceder formada pela “contribuição empresa”, pela “contribuição serviço passado empresa” e pela “contribuição especial empresa” será integralmente destinado à conta coletiva da Renda Total Empresarial Tupy, e o participante será excluído do plano.

Resgate parcial

Em caso de resgate parcial antecipado pelo participante do valor correspondente à provisão matemática de benefícios a conceder formada pela “contribuição participante” e pela “contribuição serviço passado participante”, a mesma proporção do valor correspondente à provisão matemática de benefícios a conceder formada pela “contribuição empresa” e pela “contribuição serviço passado empresa” será destinada à conta coletiva da Renda Total Empresarial Tupy. Neste caso o participante continuará no plano e a Companhia continuará a realizar suas contribuições.

8.15 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº total de	5,83	3,75	5,00	9,00	9,00	9,00	3,00	3,00	3,00

mem bros									
Nº de mem bros re- mu- nera- dos	5,83	3,75	5,00	9,00	7,75	9,00	3,00	2,42	3,00
Valor da maio r re- mu- nera- ção	8.722.425,70	11.272.048,58	8.921.999,72	971.533,33	763.832,00	821.905,96	209.550,00	179.980,00	155.862,00
Valor da me- nor re- mu- nera- ção	3.320.000,74	4.233.076,24	3.616.582,82	613.500,00	546.332,00	505.074,00	209.550,00	179.980,00	155.862,00
Valor mé- dio da re- mu- nera- ção	3.919.201,91	6.769.432,47	5.274.711,98	673.548,15	600.367,46	556.332,44	209.550,00	177.268,60	155.862,00

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
31/12/2024	"Em 2024: (i) 3 membros exerceram atividades durante todo o ano; (ii) 3 membros por 8 meses; (iii) 1 membro por 6 meses; (iv) e 1 membro por 4 meses. Sendo assim, os membros referidos nas alíneas (ii), (iii) e (iv), foram desconsiderados para fins de apuração da menor remuneração."		
31/12/2023	"Em 2023: (i) 3 membros exerceram atividades durante todo o ano; (ii) 1 membro por 8 meses; (iii) 8 membros por 4 meses."	"Em 2023: (i) 3 membros exerceram atividades durante todo o ano; (ii) 2 membros por 8 meses; (iii) 8 membros por 4 meses."	"Em 2023: (i) 3 membros exerceram atividades durante todo o ano; (ii) 2 membros por 8 meses; (iii) 8 membros por 4 meses."

	5 meses; (iii) e 1 membro por 4 meses. Sendo assim, os membros referidos nas alíneas (ii) e (iii), foram desconsiderados para fins de apuração da menor remuneração."	meses; (iv) e 1 membro por 1 mês. Sendo assim, os membros referidos nas alíneas (ii), (iii) e (iv), foram desconsiderados para fins de apuração da menor remuneração."	meses; (iv) e 1 membro por 1 mês. Sendo assim, os membros referidos nas alíneas (ii), (iii) e (iv), foram desconsiderados para fins de apuração da menor remuneração."
31/12/2022	-	-	-

8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Indenização por rescisão:

O Contrato de Prestação de Serviços para o Exercício de Funções Estatutárias celebrado entre a Companhia e seus Diretores Estatutários (Contrato), cujos termos foram examinados e aprovados pelo Conselho de Administração, estabelece que nas hipóteses de: (i) destituição sem justa causa; (ii) o Diretor Estatutário, ao término do seu prazo de gestão, não ser reeleito; (iii) o Contrato vir a ser rescindido por inadimplemento da Companhia; ou ainda, (iv) a rescisão do Contrato decorrer da Transferência do Controle Societário (conforme definido no art. 254-A da Lei das S/A), o Diretor Estatutário terá direito a uma indenização calculada proporcionalmente ao prazo de vigência do Contrato, limitada a 12 salários fixos mensais.

Na ocorrência da Transferência do Controle Societário, o Diretor Estatutário se obriga a permanecer no cargo por 6 meses contados da caracterização do fato, a exclusivo critério da Companhia. No termo final deste período, as partes deverão renegociar os termos do Contrato, sendo facultado ao Diretor Estatutário renunciar ao cargo mediante recebimento da supracitada indenização.

Caso o novo acionista controlador venha a optar pela destituição do Diretor Estatutário antes do término do prazo de 6 meses ou ao final do citado prazo, o referido Diretor Estatutário igualmente fará jus ao recebimento da referida indenização.

Caso o Diretor Estatutário renuncie ao seu cargo antes do término do prazo de 6 meses, não será devida a indenização.

Cláusula de não concorrência:

O Contrato estabelece que, a exclusivo critério da Companhia, o Diretor Estatutário deverá cumprir obrigação de não concorrência pelo prazo de 12 meses após deixar o seu cargo.

Caso a Companhia exija o cumprimento da obrigação de não concorrência, deverá pagar ao Diretor Estatutário o valor equivalente a 12 remunerações fixas mensais de uma única vez e de forma integral.

Se a Companhia não exigir o cumprimento da obrigação de não concorrência, não será devida compensação alguma.

No caso de violação da obrigação de não concorrência o Diretor Estatutário deverá, reembolsar em dobro a Companhia de todos os valores recebidos.

Seguro de vida:

Durante o exercício de funções, os Diretores Estatutários fazem jus a um Seguro de Vida para fins de morte ou invalidez permanente, correspondente à importância de R\$1.480.000,00 (um milhão e quatrocentos e oitenta mil reais).

Todos os pagamentos a cargo da Companhia estão condicionados à existência de previsão dos correspondentes recursos na Verba Global Anual aprovada pela Assembleia Geral.

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

	2022	2023	2024	Previsto 2025
Conselho de Administração	27%	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

8.18 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Nos últimos três exercícios sociais, não foi reconhecido no resultado da Companhia quaisquer valores como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Nos últimos três exercícios sociais, não foi reconhecido no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, qualquer valor como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia.

8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Para o exercício social corrente, que se findará em 31/12/2025, é previsto remuneração aos membros externos do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário no valor anual de R\$ 648.000,00, líquido de encargos sociais. Tal valor está contemplado na remuneração global dos administradores, e não foi indicado no item 8.2 do formulário de referência, uma vez que referido item não permite a discriminação da remuneração do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário.